

JOHNNY OLI DEVENS

**AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE:
ATIVIDADE RURAL & DOMICÍLIO URBANO**

**Toledo
2007**

JOHNNY OLI DEVENS

**AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE:
ATIVIDADE RURAL & DOMICÍLIO URBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese

Toledo
2007

JOHNNY OLI DEVENS

**AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE:
ATIVIDADE RURAL & DOMICÍLIO URBANO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Nelson Dacio Tomazi
Universidade Estadual de Londrina

Toledo, 11 de junho de 2007.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos agricultores familiares e, em particular, aos de Bragantina e Tupãssi pela persistência e empenho na busca de meios para superar as dificuldades e os desafios da atividade...
À Cleide, minha esposa, presente em todos os momentos... e, à
Kauanna e Gustavo, meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas e entidades que, de alguma forma, contribuíram tornando possível a realização deste trabalho.

À Deus, pela vida.

Aos colegas e amigos de turma, pelo convívio, ainda que breve.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE/*Campus* de Toledo, pelo apoio em todos os momentos.

À Clarice, secretária do mestrado, pela contribuição indispensável para a finalização deste trabalho.

Aos funcionários (as) da biblioteca *campus*/Toledo, pelo atendimento simpático e competente.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pública, gratuita e de qualidade, por mais essa oportunidade.

Aos agricultores familiares entrevistados, pela disposição em prestar informações indispensáveis à realização deste estudo.

Ao gigante que, carregando-me em seus ombros, me fez ver mais longe, professor e amigo, Dr. Silvio Antônio Colognese, meu orientador.

EPIGRAFE

“Os grandes navegadores devem
sua reputação aos temporais e
tempestades.”

(Epicurus)

DEVENS, Johnny Oli. **Agricultura familiar e pluriatividade**: atividade rural & domicílio urbano. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo verificar quais são os motivos pelos quais os agricultores pluriativos, em estudo transferem residência para povoados ou cidades próximas à unidade produtiva e, mesmo exercendo atividades outras, mantêm a posse da terra cultivando-a com culturas poupadoras de mão-de-obra como principal fonte de renda. Além da crise que atingiu o setor agrícola nos anos 80, ainda se deve considerar a abertura comercial que colocou em um mesmo mercado concorrente, produtos oriundos da agricultura brasileira e produtos altamente subsidiados de outros países fato que, se não inviabiliza a produção, diminui consideravelmente as margens de lucro. Aliado a isso, o agricultor familiar tem enfrentado problemas relacionados à falta de segurança no meio rural, além da precariedade das estradas, a falta de acesso à saúde pública, o isolamento e a falta de perspectivas para o futuro, principalmente dos filhos. Dentro desse contexto, surge a pluriatividade como uma estratégia que permite a ampliação da renda econômica da família, a sobrevivência, e, na maioria dos casos, a manutenção da propriedade da terra. No entanto, através dos dados recolhidos e analisados, constatou-se que, nos casos em que a pluriatividade se dá com mudança de domicílio, os desdobramentos tomam contornos outros. Ou seja, o estudo aponta que, nesses casos, a opção pela estratégia da pluriatividade representa primeiramente um incremento nas fontes de renda da família e a criação de perspectivas futuras mais promissoras, mas representa ainda um estágio intermediário entre a atividade rural e a vida no campo, a atividade exclusivamente urbana e a vida em definitivo no meio urbano. Isso se dá especialmente quando da divisão da propriedade entre os herdeiros, já habituados a outras atividades e sem o apego ao campo que faz com que o agricultor tradicional veja a atividade agrícola mais como um modo de vida que como um negócio.

Palavras-chave: agricultura familiar, pluriatividade.

DEVENS, Johnny Oli. **Agricultura familiar e pluriatividade**: atividade rural & domicílio urbano. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* de Toledo.

ABSTRACT

The Object of this work, is verify, which, are the reasons, that the husbandman (farmworkers), in this study, move then selfs, to bigger city, or closer cities, next the productive unit, and even doing other activities, they continue manteinning the rights on it, using cultures that economize hard work, as the principal viel of rental. Not only the crises that hits de agriculture in the eighties, but also, we have to considerate the comercial liberalization, that comes into the same way, include products provided by the agriculture, and products that comes from other countries(country), this case, the production is not practicable, because gets considerable down (lower), and also the earnings. Basead in this fact, families husbandman (farmworkers), have faced some problems that comes with missing security, (low security in work) in farm, and the precariouly view of the roads. The acces of searching hospital, or something to healf, is not easy in this case. there is no perspectives to the future, to the kids, principaly. Until in this same context, we can see the plurality activity as an estrategie, that permits increasing the economic earnings of the family, survival of the same, and in mosto of cases, manteinning a chattel. Although, with all the studies, and materials, analized, we can see, in this case, that the cases with the activie happens with transferring, movin changinng homes, the economy take other turns. the studies show us that, in this cases, the estrategie, of the work, represents an objet that increases de familiary earnings, and create some futures plans, best jobs promissing, and also represents, an intermediat stage of rual activie, and life in the farm, and the exclusive urban activity, and life in urban style. This happens, specially during the division os the propriety, between the sons, who are adiccted to other activities, or that one that do not give the importan that the farm work should, makes the tradicional Farmworkers see the rural activity, much more than a way of life, but also a business.

Key words: family Agricultural, Pluriactivit

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AGRICULTURA E PLURIATIVIDADE	14
2.1 As Transformações na Agricultura e a Complexificação das Relações Rural/Urbano	14
2.2 Da Agricultura em Tempo Integral ao “ <i>Part-Time</i> ”; da Atividade Agrícola à “Pluriatividade”	21
2.3 A “Pluriatividade” como um Fenômeno Complexo e de Múltiplas Possibilidades	24
3 AGRICULTURA E PLURIATIVIDADE NO OESTE DO PARANÁ	30
3.1 Formação e desenvolvimento das Unidades Agrícolas na Região	30
3.2 A Trajetória de Mudanças e o Modelo de Exploração da Unidade Produtiva	34
3.3 O Fenômeno da Mudança do Local de Domicílio.....	41
3.4 Problema, Hipótese e Objetivos da Pesquisa.....	43
4 METODOLOGIA	48
4.1 A Literatura Metodológica	49
4.2 A Área de Estudo.....	52
4.3 A Análise dos Dados	54
5 A FAMÍLIA RURAL RUMO AO MEIO URBANO	55
5.1 A Pluriatividade com mudança de domicílio: uma Estratégia Diante do Quadro Atual da Agricultura Familiar	60
5.2 O Excedente de Mão-de-obra Dentro da Unidade Produtiva de Dimensões Reduzidas.....	62
5.3 A Ação do Poder Público Junto à Agricultura e ao Agricultor Familiar.....	65
5.4 A Renda na Agricultura Familiar e as Culturas Poupadoras de Mão-de-obra	69
5.5 O Conforto e a Comodidade da Cidade.....	73
5.6 A Unidade Produtiva e as Perspectivas para o Futuro	75

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS.....	86

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem, ao longo do tempo, desempenhando um papel importante e estratégico no desenvolvimento regional e na economia brasileira como um todo. Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA (1998, p. 2), ela é responsável por 35% da produção agrícola nacional e por 25% das terras cultivadas no país. Agrega mais de 14 milhões de pessoas que tiram da terra a subsistência da família e comercializam a produção excedente.

Para Wanderley (1996), o traço definitivo da agricultura familiar é a não separação do trabalho, da gestão dos meios de produção e da propriedade sobre os produtos da atividade centrada entre indivíduos que têm entre si relações de parentesco, ou seja, é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Nela, além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família têm como referência o horizonte das gerações com um projeto para o futuro. Um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendidos na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições para sua sobrevivência.

Contudo, o conceito de agricultura familiar vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. A partir do século XX, o modelo original da agricultura familiar passou a apresentar novos contornos em consequência da revolução tecnológica que teve forte influência no aumento da produtividade e no tamanho da área possível de ser cultivada por uma família.

A agricultura familiar que sobreviveu às transformações decorrentes de uma série de fatores, entre eles, do processo de modernização, da revolução verde e da revolução tecnológica, é bastante distinta do modelo inicial de agricultura familiar. Sobreviveu, por conta de sua capacidade de adaptação, aproveitamento de novas oportunidades e adoção de novas estratégias. Continua como uma operação controlada pela família e, ao mesmo tempo, evoluiu para uma grande diversidade de tipos, em que, devido à mecanização e ao cultivo de culturas poupadoras de mão-de-obra, os membros da família procuram complementar a renda trabalhando fora da unidade produtiva. Uma destas formas é a pluriatividade, entendida como uma estratégia que possibilita a diversificação de renda dentro da unidade familiar por meio do exercício de atividades fora dela.

A pluriatividade é um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agrícola. Para Schneider (2003), essa interação entre atividade agrícola e não-agrícola tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. A combinação de atividades em uma mesma família é que caracteriza e define o fenômeno pluriatividade, que pode ser visto como uma estratégia da qual a família se utiliza com o intuito de garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, ou ainda pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica.

Segundo Porter (1986), quer seja de forma implícita, quer seja de forma explícita, todas as organizações possuem uma estratégia. Estratégia entendida, segundo Marini e Pieroni (1987), como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos ou um conjunto de ações de qualquer natureza

(políticas, institucionais, de oportunidades financeiras e investimento, etc.) que se adotam para que se possa alcançar um determinado objetivo.

Schneider (1999) lembra que as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas, variando de acordo com interesses individuais e coletivos resultantes das convicções das pessoas envolvidas.

Esta pesquisa entendida, ainda, como um exercício de aprendizado, tem como objetivo analisar as motivações que levam uma parcela significativa de agricultores familiares da região Oeste do Paraná, a optar pela estratégia da pluriatividade com mudança de domicílio para povoados e cidades próximas, sem a venda da propriedade rural. Trata-se de um estudo, não só do fenômeno em si, mas, de suas motivações, e, principalmente, de seus desdobramentos tendo em vista as expectativas dos indivíduos envolvidos.

O problema da pesquisa refere-se à relação entre mudança de local de domicílio para áreas urbanas e a necessidade de ampliarem-se as alternativas de renda familiar e de oportunidades de trabalho, especialmente, para os filhos. Trabalha-se com a hipótese de que a mudança de domicílio faz parte de uma estratégia, tendo em vista a ampliação das alternativas de renda familiar e a busca de oportunidades para o exercício de novas atividades ocupacionais, tanto para o chefe do agrupamento familiar quanto e, principalmente, para os demais membros da família e particularmente para os mais jovens.

Tem-se a pretensão de verificar até que ponto a opção pela estratégia da pluriatividade pode representar um esforço no sentido de manter a unidade produtiva familiar já que, apesar da mudança de domicílio, as famílias em estudo, não se desfazem da propriedade mesmo exercendo atividades outras e residindo no meio urbano. Pretende-se verificar, também,

quais seriam os desdobramentos desse processo na passagem de uma geração para a outra, quando houver a divisão da propriedade entre os herdeiros.

Com o objetivo de verificar os motivos pelos quais os agricultores familiares optam pela estratégia da pluriatividade com mudança de domicílio, bem como os desdobramentos de tal opção, o trabalho se divide em seis capítulos, tendo como início a introdução. Em seguida, o segundo capítulo trata da agricultura e da pluriatividade com suas transformações e complexidades, bem como considerações a respeito das particularidades sobre o conceito de pluriatividade, comparando-o a outros conceitos, como o de “*part-time*”. No terceiro, faz-se uma abordagem histórica sobre a formação e o desenvolvimento das unidades agrícolas na região, tendo como pano de fundo a colonização e os efeitos do processo de modernização com as formas de organização produtiva, e, em particular, a exclusivamente agrícola, a pluriatividade com mudança de domicílio, o problema, a hipótese e os objetivos da pesquisa. O quarto capítulo trata da construção do procedimento metodológico que norteia os rumos da pesquisa. No quinto capítulo, faz-se a análise do fenômeno da pluriatividade com transferência de residência, suas causas, o momento e as perspectivas. Por último, nas considerações finais, faz-se uma análise dos resultados do trabalho como um todo, tendo em vista a proposta da pesquisa.

2 AGRICULTURA E PLURIATIVIDADE

2.1 As Transformações na Agricultura e Complexificação das Relações Rural/Urbano

Com a modernização agrícola, principalmente a partir da década de 70, houve um deslocamento acentuado da população rural para o meio urbano. Esse deslocamento se deu devido à introdução de novas técnicas que dispensaram o uso intensivo de mão-de-obra e levaram ao uso de máquinas, à utilização de novas variedades tanto de soja e milho quanto de outros cereais, à busca de insumos químicos modernos e mais eficientes e a maior produtividade. Paralelo a isso, houve uma valorização excessiva da terra, fato que, junto ao endividamento e outros, fizeram com que um número significativo de agricultores, pressionado por grandes proprietários, vendessem suas propriedades e expulsos do campo procurassem espaço nas cidades.

Além das modificações na base técnica da produção, que consiste no uso intensivo de máquinas, insumos modernos e uma maior racionalização do empreendimento, a modernização provocou ainda um processo de modificação nas relações sociais de produção. Isso implicou uma maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro.

Todo esse modelo desenvolvimentista produtivista que caracterizava a agricultura brasileira promovia, além de uma grande concentração de terras, ainda, e em consequência disto, uma má distribuição de renda no setor, excluindo ou marginalizando do processo mais de dois terços da população que vive ou que vivia, no campo. Esse modelo tem

demonstrado, de um lado, capacidade de aumentar a produção global, mas de outro, trouxe o desemprego, tanto no campo quanto na cidade; degradação do meio ambiente; ocupação desordenada e outros. Também vinculadas à questão, está a contaminação da água, do ar e do solo e, ainda, à queda na qualidade dos alimentos e, possivelmente, o mais grave, o progressivo desaparecimento das tradições culturais próprias do meio rural brasileiro, por conta da desarticulação das comunidades rurais decorrentes do esvaziamento populacional no meio rural.

À medida que o processo de modernização se implanta e avança, a tendência da agricultura seria a de especializar-se na produção de um ou dois produtos em cada região. Contudo, na região Oeste do Paraná, é possível se perceber algum tipo de diversificação dentro de uma parcela de unidades produtivas, embora o foco central da atividade ainda seja a produção de soja comercial.

Essas unidades produtivas são fomentadas por meio da concessão de crédito agrícola, a qual já era feita pelo Banco do Brasil desde 1935, quando houve a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), passando a operar em 1937. Mas, foi a partir da segunda metade da década de 1960 que o volume de crédito rural ampliou-se significativamente até que, em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Ainda, no tocante ao crédito agrícola, tem-se, hoje, basicamente três tipos ou modalidades de crédito rural no Brasil: o crédito de custeio, que tem a finalidade de suprir recursos, capital de giro, para a aquisição de insumos e despesas relacionadas à implementação da lavoura; créditos de investimento que se referem aos recursos necessários para a construção de instalações e compra de equipamentos e ainda o crédito de comercialização que está relacionado à política de preços mínimos (BACHA, 2004). Vale dizer que a concessão de crédito ou de financiamentos no setor agrícola, a exemplo de outros setores, sempre foi condicionada às

garantias (avalista ou hipoteca) oferecidas pelo sujeito tomador do empréstimo. Além disso, a liberação dos créditos sempre esteve condicionada à disponibilidade de recursos, geralmente escassos, por parte do agente financiador.

No período que compreende as décadas de 1970 e 1980, o Governo Federal tinha como meta macroeconômica o incentivo às exportações e, por isso, dava maior apoio às culturas de exportação. Essas culturas, em sua grande maioria, eram cultivadas na região Centro Sul do Brasil e eram conduzidas basicamente por médios e grandes produtores rurais. Estes produtores eram os que possuíam maior capacidade administrativa e ainda maior patrimônio, o que facilitava sobremaneira a tomada de crédito junto às instituições financeiras, já que o custo de concessão de um financiamento é o mesmo, independente do volume do crédito ou do empréstimo concedido. Dessa forma, era mais interessante ao banco conceder um empréstimo volumoso a um grande produtor rural proprietário, que conceder um maior número de pequenos empréstimos a pequenos agricultores, nem sempre proprietários legais da terra. Ocorreu que o sistema bancário optou pela alternativa que oferecia, além de menor custo de transação, o menor risco.

Esse modelo de desenvolvimento implantado no Brasil serviu para justificar políticas de governo e atingiu o setor produtivo tanto urbano quanto rural, onde foi implantada a modernização conservadora, com inovações tecnológicas sem alteração das estruturas seletivas e excludentes (GREGORY, 2002).

Segundo Brumer, In Lamarche (1993), durante os anos 80, a crise que atingiu o setor agrícola provocou um processo de fragmentação fundiária e seus efeitos ameaçaram as posições já alcançadas pelos produtores, tornando-os vulneráveis e frágeis, sobretudo, diante das

execuções de hipotecas que afetaram numerosas propriedades médias e pequenas nas mais diversas regiões brasileiras.

Deve-se considerar, ainda, que houve uma abrupta abertura comercial, a qual trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria das vezes, impossibilitada de competir com produtos internacionais subsidiados em seus países de origem (GRAZIANO, 1999). Essa abertura comercial colocou em um mesmo mercado concorrente produtos altamente subsidiados provenientes de outros países e os produtos oriundos da agricultura brasileira que não o eram.

Dentro desse contexto surge a pluriatividade no campo brasileiro como forma ou estratégia de obtenção e ampliação da renda econômica, garantindo a sobrevivência e, na maioria dos casos, a permanência dos pequenos produtores no campo.

As novas formas de trabalho e de produção, que se confundem entre agrícolas em um dado momento, e urbanas em outro, devem ser entendidas como estratégias de produção e reprodução, representando, muitas vezes, uma sobrevivência do já decadente sistema agrícola. Assim, em vez de dedicarem-se exclusivamente à produção agrícola, essas unidades familiares pluriativas passaram a produzir artesanato, doces, erva-mate, turismo rural, e, no presente estudo, percebe-se ainda o exercício de outras atividades remuneradas tais como, as de pedreiro motorista, eletricitista e outros. Para Schneider (1999), as atividades são variadas, dependendo do contexto em que as famílias se inserem.

Esse entrelaçamento de atividades executadas pelo agricultor, ora no campo, ora na cidade, residindo, em um primeiro momento no campo, e, como aponta o presente estudo, em outro momento, na cidade ou povoado, leva a uma complexificação sem precedentes das relações campo cidade. São agricultores que, além de produzirem culturas poupadoras de mão-

de-obra no campo, ainda, exercem atividades no meio urbano, residindo, como aponta o presente estudo, no povoado ou na cidade. Além desses, percebe-se, também, que os indivíduos considerados do meio urbano, com residência urbana, mas exercendo atividades no meio rural, na maioria dos casos, atuam como trabalhador temporário ou trabalhador volante.

Dessa forma, há confusão, não só entre a atividade urbana ou a rural, mas, principalmente, o sujeito tanto pode ser visto, ora como urbano, exercendo atividades tanto rurais, quanto urbanas, ora como agricultor exercendo atividades urbanas e rurais, residindo tanto no campo quanto e, particularmente, na cidade.

Para Martins (1975, p. 16), o urbano e o rural constituem um “todo articulado”, assim, “o progresso urbano-industrial não pode ser explicado separadamente do ‘atraso agropecuário’”. A indissolúvel relação entre a cidade e o campo permite que se busquem novas perspectivas na compreensão dos fenômenos sociais ligados à atividade agrária ou à vida no campo.

Com relação à definição de espaço urbano no Brasil, ou de qual é o espaço urbano, adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana IBGE (1998). Desse modo, o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, tanto o rural, quanto o urbano são definidos pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, na maioria dos

casos, é feito com a finalidade de atender-se a interesses que nem sempre representam a vontade da maioria da população.

A definição de “cidade”, que é adotada até os dias de hoje, é obra do Estado Novo. O Decreto-Lei 311, de 1938, transformou em cidade todas as sedes municipais existentes, não considerando suas características estruturais e funcionais. Conforme salienta Grabois (2001), não é feita qualquer referência às *funções* peculiares dos diferentes aglomerados que constituem um fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano.

Veiga (2002) chama atenção para o fato de que este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes. Com base na combinação da densidade demográfica e do tamanho populacional, o autor considera de pequeno porte os municípios que apresentam simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km² e conclui que 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população são essencialmente rurais. Os 13% restantes da população caberiam numa categoria intermediária, que pode ser denominada como “rurbana” (idem, p. 33-35). Para Veiga (2002), o rural é necessariamente territorial e não setorial como costumam considerar muitos programas governamentais. As relações urbano/rural não mais corresponderiam à “antiquada dicotomia” entre cidade e campo, tendo esta sido substituída por uma geometria variável na qual passaram a ser cada vez mais cruciais as aglomerações e as microrregiões.

De toda forma, no processo de desenvolvimento do capitalismo, a complexificação das relações campo e cidade, rural e urbano foram se acentuando e, ainda, alimentando imagens e atitudes que se consolidam ou se cristalizam, generalizando-se historicamente. Entender ou procurar entender mais sobre essa questão, implica, certamente,

indagar-se sobre os mecanismos das relações que estão presentes e que se expressam tanto sob a forma de trabalho, sociabilidade de idéias e imagens, como de significação dos tempos e, principalmente, dos espaços.

Contudo, uma vez inseridas no espaço urbano, as famílias pluriativas vão percebendo que os problemas mais urgentes em todas as categorias de municípios, também, se concentram na área de saúde, educação e transportes, em menor ou maior escala; estes são alguns dos problemas de sobrevivência, os quais as famílias colocam como um dos maiores reclamos, logo atrás do problema da busca por emprego.

Referindo-se às mudanças na qualidade de vida e nas inovações no transporte e nas comunicações, que modificaram as noções de tempo e espaço, Graziano (1999) afirma que a dicotomia urbano-rural perde sentido teórico e metodológico. Essa argumentação está fundamentada na idéia do desaparecimento do conflito sociedade tradicional x sociedade moderna. São essas transformações sociais, que nessa linha de raciocínio, obrigam à redefinição do rural.

De toda forma, o entendimento tanto da realidade urbana, quanto da rural necessita de um maior conhecimento de quais são as expectativas dos atores sociais envolvidos em cada espaço com relação à melhoria da sua qualidade de vida e a sua forma de perceber a cidade e o campo, cada qual, ainda com suas características e particularidades.

2.2 Da Agricultura em Tempo Integral ao “*Part-Time*”; da Atividade Agrícola à “Pluriatividade”

As transformações recentes percebidas no meio rural brasileiro por conta do processo de industrialização e urbanização suscitaram novas perspectivas para a análise da relação campo-cidade e, mais particularmente, ao tratar-se dos desdobramentos decorrentes dos deslocamentos de agricultores e de famílias de agricultores familiares rumo ao espaço urbano.

Procura-se verificar nesse estudo se a diversificação das fontes de renda das famílias rurais ocorre em virtude das necessidades dessa população buscar alternativas de renda, tanto dentro do espaço rural quanto fora dele, utilizando-se, para isso, de estratégias para se manter na atividade rural, residindo no campo ou não. Diante disso, percebe-se no meio rural brasileiro o crescimento de atividades urbanas combinadas ou não com a agropecuária. Dentre os novos termos utilizados para caracterizar essas mudanças em curso estão presentes a noção de *part-time farming* ou agricultura em tempo parcial e de pluriatividade.

A denominação *part-time farming* começou a ser empregada na Europa com maior ênfase na década de 1930. O *part-time farming* se refere ao regime de dedicação parcial despendido para a atividade agrícola pelo principal operador da propriedade rural (ALENTEJANO, 1998).

O termo *part-time farming* levou à idéia de que a unidade de análise era o operador (*farm operator*) e não a família, dando a impressão de que os membros da família não exerciam outra atividade fora da propriedade rural. É importante se observar, ainda, que o termo *part-time farming* foi idealizado pelos economistas norte americanos durante a década de 1930,

tendo como ponto crucial de análise, o fato dos produtores rurais se dedicarem ao desenvolvimento de outras atividades fora da propriedade.

A partir de 1960, passou-se a trabalhar com o conceito de *multiple job-holding*, o qual envolve novos elementos para tentar assim dirigir o foco para as atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural. Foi no final dos anos de 1980, com a ampliação desse conceito visando à inclusão de atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados em dinheiro que houve a adoção do termo pluriatividade. Schneider (1999) observa que o termo pluriatividade “ocorre através das múltiplas formas de trabalho, sobretudo com a combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade rural”. Embora sejam noções e expressões utilizadas para caracterizar o mesmo processo de diversificação, inserção, combinação e dedicação dos agricultores e das propriedades rurais com outras atividades não agrícolas, as duas noções possuem diferenças importantes entre si.

Para Schneider (2003), a pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Embora integradas ao ordenamento social e econômico, essas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas.

Graziano (1999) ressalta que, embora se evidenciem aspectos positivos em alguns lugares como, a diminuição da pobreza rural e a ociosidade de parte dos membros da família, o crescimento da pluriatividade pode agravar inúmeros problemas, entre eles o

crescimento do trabalho informal, sobretudo do trabalho doméstico que, em muitos lugares, aumenta as desigualdades sociais, com destaque para o trabalho da mulher.

A pluriatividade coloca como foco de análise a família e não somente o produtor rural, assim, permite dar conta do caráter familiar da unidade agrícola, como lembra Alentejano (1998). Portanto, a pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, na qual se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade. Entende-se que o termo *Part-time Farming*, de alguma forma, dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma unidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica), pois estes podem fazer gestão dessa unidade de diferentes maneiras e, inclusive, combinando as tarefas agrícolas com outras atividades. Para Brum (1988), o conceito de *Part-time* pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico da propriedade ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos de um ano completo de trabalho. Já o termo *pluriactivité* ou *pluriactivity* (pluriatividade) procura focalizar as diferentes atividades, e, ainda, os interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva preocupando-se, tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, quanto com a terra e com as questões agrícolas. O uso do termo pluriatividade implica, entre outras coisas, perceber-se uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola.

Para Graziano (1999), a pluriatividade é uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas que já não conseguem se reproduzir nos espaços agrícolas do novo mundo rural. Ela é amplamente utilizada, entre outras coisas, porque consegue abarcar um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro, mas, cujo pagamento ocorre por meio da troca de serviços ou de outras formas e arranjos informais que, de toda

maneira, facilitam as relações entre essas pessoas. Tais definições permitem abarcar os diferentes contextos em que o fenômeno se manifesta, desde os pequenos produtores não integrados aos mercados até aos camponeses, e, ainda, torna possível examinar as relações entre trabalhos formais e informais.

Por conta disso, a pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre tanto dentro quanto fora da propriedade e aponta ainda a emergência de um conjunto de novas atividades que surgem e tomam espaço dentro do meio rural.

Para Fuller *apud* Schneider (2003, p. 79),

...a pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar... A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas...

Assim, muitas propriedades possuem mais fontes de renda que locais de trabalho e, com isso, obtêm diferentes tipos de remuneração (rendas decorrentes de arrendamentos, parcerias, aluguéis etc.).

2.3 A “Pluriatividade” como um Fenômeno Complexo e de Múltiplas Possibilidades

Em estudos, tanto relacionados ao *part-time* quanto à pluriatividade, a discussão parte da constatação de que o agricultor com sua família residem no meio rural e é a

partir dele que se dá a adoção de novas fontes de renda ou novas atividades, tanto rurais quanto urbanas (calçados, confecções, artesanato, micro-indústrias etc.).

Para Graziano, *apud* Cunha (2002), é a partir de meados dos anos 80 que se percebe o surgimento de uma nova conformação no meio rural brasileiro. Essa transformação já ocorria há tempos nos países desenvolvidos e denominou-se “Novo Rural” e, segundo o mesmo autor, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades que são: uma agropecuária moderna (baseada em *commodities* e ligada à indústria); um conjunto de atividades não-agrícolas (ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviço); e, um conjunto de novas atividades agropecuárias (localizadas em nichos especiais de mercado). Muitas dessas atividades desenvolvidas na propriedade rural com o objetivo de diversificar a produção e aumentar as fontes de renda não são necessariamente novas, mas ocorre que elas não tinham, até então, significativa importância econômica no meio rural. Trata-se de uma estratégia que os produtores rurais têm buscado para a diversificação de atividades dentro da propriedade, como uma possibilidade de aumentar sua renda e da sua família. Trata-se da diversificação de atividades que, a exemplo da diversificação de culturas, se dá dentro da unidade produtiva.

A intensidade da queda, em termos globais, do emprego agrícola e a dificuldade cada vez maior de reabsorção dos trabalhadores no meio rural em função do processo de modernização que trouxeram técnicas como a da mecanização, tem forte relação com o grau de diversidade da produção agropecuária (GRAZIANO, 1999).

Várias atividades, antes pouco valorizadas, mesmo dentro da unidade produtiva, como é o caso da apicultura, da produção de queijos especiais ou mesmo do turismo, estão ocupando um papel importante e passaram a integrar uma verdadeira cadeia de produção.

Dessa forma, a pluriatividade consegue criar e recriar novos espaços de produção e, muitas vezes, de revigorar regiões e/ou atividades tradicionais que se mostravam decadentes (GRAZIANO, 1999).

O processo de implantação da pluriatividade no campo torna-se importante, também, no sentido de possibilitar a um contingente de pessoas desempregadas uma ocupação remunerada e até mesmo diminuir a quantidade de inativos e o aumento de pessoas que possuem renda no meio rural. Gerando e distribuindo renda no campo, a pluriatividade cria, assim, um processo dinâmico e remodelador dos modos de produção da propriedade e da população rural.

Para Veiga (2000), é imenso o leque de possibilidades disponíveis nos espaços rurais e essas possibilidades podem variar tanto de fragmentos de natureza intocada a paisagens minuciosamente manejadas, quanto das mais antigas relíquias históricas às mais vivas tradições culturais. No entanto, existe uma série de obstáculos quanto ao aproveitamento dessas oportunidades. Entre eles, pode-se perceber que essas possibilidades surgem geralmente em regiões que não possuem recursos humanos nem instituições adequadas, o que leva à necessidade da criação de novas sinergias entre os vários ramos do poder público e os mais diversos atores.

No entanto, o presente estudo aponta para o fato de que, ao adotar a estratégia da pluriatividade, o agricultor tem passado a explorar não apenas o espaço rural, mas, ainda dentro do espaço urbano, algumas atividades urbanas.

No Oeste do Paraná e mais particularmente na região em estudo, nota-se que, a partir do final da década de 1990, o cultivo de culturas como a soja, milho e trigo vem propiciando aos agricultores certa margem de lucro, mesmo os que exploram áreas menores, como é o caso dos agricultores familiares. Tais culturas, embora apresentando um elevado custo de implantação, apresentam menor risco ao investimento já que as condições climáticas têm se

mostrado favoráveis, os preços têm se mostrado compatíveis com os custos, deixando, por isso, relativa margem de lucro. Nesse empreendimento, existem casos em que os agricultores podem contar com seguro (estatal, quando com recursos do Crédito Agrícola, e seguro privado, geralmente quando a lavoura é implantada com recursos próprios). São culturas poupadoras de mão-de-obra, já que não dependem da presença ostensiva de trabalhadores, dispensando do trabalho na propriedade praticamente todos os membros da família. Cabe ressaltar que, mais precisamente, no período entre as safras 2004/2005, 2005/2006 e em parte a de 2006/2007, devido, em parte, ao excesso de estoques mundiais, particularmente o da soja e, ainda, à queda do dólar em relação ao real, houve uma baixa significativa no preço das *comodities* agrícolas, fato este que deve influenciar a ação dos indivíduos envolvidos em atividades agrícolas e, particularmente, a dos agricultores familiares que praticam a atividade exclusivamente agrícola.

Contudo, os ganhos obtidos com esse modo de exploração deixam de ser investidos em adequação ou adaptação da propriedade, já que isso não se faz necessário, ou em maquinarias tecnologicamente adequadas, já que parte dessa tarefa é geralmente terceirizada. Tais ganhos passam a ser investidos em moradia no povoado ou na cidade próxima à propriedade, possibilitando à família a mudança de domicílio para que se ocupe de atividades outras, tendo acesso facilitado a uma série de itens e facilidades que, de alguma forma, propiciam maior conforto a todos os membros da família.

Nessas condições, o “chefe de família” tem a possibilidade de exercer profissões outras e, ao mesmo tempo, de explorar a unidade produtiva, principal fonte de renda, com culturas poupadoras de mão-de-obra. Uma atividade bastante desenvolvida por produtores familiares residentes no povoado é a do trabalho temporário em fazendas ou grandes propriedades vizinhas que possuam tratores, plantadeiras, colheitadeiras, máquinas modernas

que, em determinados momentos, possam ser utilizados por eles em sua propriedade, geralmente, como parte ou forma de pagamento pelos trabalhos prestados. Nessa mesma linha, os demais membros da família buscam ocupação tanto no meio rural (em fazendas ou granjas), como no meio urbano (formal ou informal), exercendo atividades diversas, de acordo com as habilidades e, principalmente, com as oportunidades oferecidas.

Pretende-se verificar, neste estudo, se, no caso deste fenômeno, existe algum tipo relativamente novo de pluriatividade exercida pelo agricultor devido ao fato de que ele, juntamente com os demais membros da família, ao fixar residência no meio urbano e exercer atividades outras, ao mesmo tempo explora a propriedade rural com culturas poupadoras de mão-de-obra. Isto porque, em observações preliminares, constatou-se que parte significativa da população rural exclusivamente agrícola (aqueles que não possuem nenhum vínculo de integração com empresas ou agroindústrias ligadas à produção tanto de suínos, frangos de corte, leite e outros) está buscando não os grandes centros urbanos, mas os povoados ou cidades mais próximas à propriedade com a finalidade de fixar residência. Uma vez instalado no povoado ou na cidade, o agricultor familiar continua a explorar a propriedade, na maioria dos casos, com acesso a linhas de crédito, como as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No caso de agricultores, que devido ao valor da renda bruta anual obtida, não se enquadram no Pronaf, o procedimento continua o mesmo, no entanto, lançam mão de outras linhas de crédito ou da utilização de recursos próprios.

De toda forma, a pluriatividade é entendida como uma estratégia em que está presente a combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma família, podendo ser vista tanto como um recurso para a sobrevivência, como uma estratégia individual de seus membros.

O que caracteriza o fenômeno em estudo como sendo uma modalidade de pluriatividade é o fato de que os agricultores pesquisados, mesmo com a mudança de domicílio, têm na propriedade agrícola, ou na unidade produtiva rural, a principal fonte de renda, sendo as atividades não agrícolas consideradas como fontes complementares. Portanto, são agricultores que, residindo no meio urbano, exploram a unidade produtiva como atividade principal.

3 AGRICULTURA E PLURIATIVIDADE NO OESTE DO PARANÁ

3.1 Formação e Desenvolvimento das Unidades Agrícolas na Região

Ainda que os primeiros agricultores descendentes de imigrantes tenham chegado ao Oeste do Paraná a partir de 1920 e 1930, pode-se entender esta região como de colonização recente. O processo de migração foi mais intenso após a década de 1940, principalmente, a partir da segunda metade. Todo o processo de colonização, mais especificamente, no local onde ele foi implantado pela Colonizadora Madeireira Rio Paraná Ltda. (MARIPÁ), deu-se de maneira que os colonos fossem selecionados a partir de seus locais de origem, ou seja, existia uma clara intenção de que esse espaço fosse ocupado por famílias de alguma forma escolhidas, selecionadas em comunidades de descendentes de alemães e italianos. Partindo da previsão de que a colonização deveria ser baseada na pequena propriedade e ter um sentido agroindustrial, ainda, devido à procedência dos acionistas e administradores das empresas, houve uma predominância de agricultores vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (COLOGNESE; GREGORY; SCHALLENBERGER, 1999).

Vale ressaltar que o processo de colonização recente no Paraná, mesmo no Oeste do Paraná, não ocorreu de forma homogênea, não só no tocante à seleção dos colonos como também, e, principalmente, no que tange à violência e abusos cometidos por parte das companhias colonizadoras, em alguns casos com a conivência de autoridades. Em algumas companhias, como a Maripá, não se tem evidências que apontem para a ocorrência de casos

expressivos de violência, o que não ocorre quando se refere à ação da Companhia Colonizadora Norte do Paraná e, especialmente, no que se refere à região de Assis Chateaubriand e Tupãssi, onde se dá o presente estudo. O modelo de colonização implantado pela referida empresa, em alguns aspectos, era um modelo diferente de colonização, baseava-se mais na exploração e na grilagem de terras que na colonização.

A Colonizadora Norte do Paraná recebeu a titulação das terras na época do governo Lupion e, a partir daí, pouco antes da década de 60, começou a agir na região cometendo irregularidades e desencadeando uma série de conflitos, gerando violência e demandas judiciais que se arrastam até os dias de hoje (COLOGNESE et al, 1999, p. 54).

Os primeiros grupos étnicos vindos para a região a ser colonizada pela Companhia Colonizadora Norte do Paraná eram oriundos, principalmente, do Norte do Estado do Paraná (Maringá, Londrina), São Paulo, Minas Gerais, Nordeste do Brasil e ainda dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Esse contingente de agricultores era formado tanto por migrantes oriundos de estados do norte ou nordeste, como por descendentes de italianos e alemães, que eram em menor número, vindos principalmente do sul do Brasil. Percebe-se que a formação étnica do contingente populacional mostra-se diversificada, fato esse que, de alguma forma, trouxe influências tanto no modelo de ocupação quanto na paisagem rural e também urbana.

Estes agricultores eram cultivadores chefes de família, de recursos modestos: o antigo assalariado de uma fazenda, o colono, o imigrante que acabou de desembarcar e não conta com um pecúlio muito grande de recursos. Pequenos pioneiros que possuíam, em geral, o mínimo suficiente para investir na compra da propriedade, cujo cultivo se dava, principalmente, pela utilização de mão-de-obra da própria família. Eram, em sua grande maioria, agricultores “afeitos

ao trabalho”, porém, sem grande experiência comunitária ou cooperativa. Contudo, ao chegarem à região passaram a formar comunidades bastante dinâmicas. Recém chegados, as primeiras iniciativas consistiam na escolha e limpeza de uma parte do terreno ou sítio onde seriam construídas as casas e tuias (galpão ou paiol) e instalações diversas. As construções, geralmente, eram feitas na parte mais baixa da propriedade, próximo ao rio, o que facilitava o acesso a água, tanto pra o consumo doméstico quanto para os animais. Ao mesmo tempo se iniciavam as plantações de subsistência.

Segundo Colognese (2004), o acúmulo de trabalho e a necessidade de economia dos escassos recursos financeiros disponíveis fizeram com que as primeiras casas construídas fossem pequenas e muito simples, construídas geralmente pelo próprio colono que contava geralmente com a ajuda de vizinhos e parentes. Não havendo a contratação de profissionais para a construção, a solidariedade e o engajamento coletivo, de alguma forma, cimentava o espírito associativo entre eles.

Praticavam uma agricultura bastante diversificada e auto-suficiente. Além da produção de pequenos animais, tais como, suínos e aves, cultivavam, ainda, culturas, como feijão, arroz, trigo, milho, mandioca e, também, o café, o qual era cultivado desde a divisa com o município de Toledo (região da comunidade Santa Inês, Bragantina), isto em decorrência da proximidade com o norte do Paraná, região com histórico de temperaturas mais elevadas.

Logo após o término do período ou do processo de colonização das terras da região, a partir da década de 1970, o processo de modernização agrícola produziu novas e profundas transformações que atingiram de diversas formas a sociedade do Oeste do Paraná,

...deslocando o eixo das relações e representações sociais preexistentes e imprimindo novas relações de força na região. Esse processo foi altamente seletivo, em termos socioeconômicos e tecnológicos, e teve suas expressões mais visíveis na difusão da mecanização, no uso de insumos e equipamentos de origem industrial, na especialização da produção, na concentração da propriedade da terra, no êxodo rural e na acelerada urbanização (COLOGNESE, 2004, p. 116).

O processo de modernização agrícola no Oeste do Paraná aconteceu, ou deu-se motivado por fatores externos à região. Fatores relacionados a políticas de estado e à própria dinâmica capitalista. É certo que fatores endógenos também facilitaram a difusão do novo modelo.

A partir daí, a produção agrícola não resultava mais de uma agricultura de sobrevivência, mas sim de uma agricultura para a exportação com a soja e para o mercado interno com o trigo. O crescimento da produção estava diretamente atrelado ao aumento tanto da área explorada quanto da produtividade de tais culturas que passavam a ser, também, as principais responsáveis pelo desenvolvimento regional. Dessa forma, novos deslocamentos sociais percebidos, principalmente, a partir do final da década de 1980 e 1990, têm conduzido à diversificação da base agropecuária regional e à busca da viabilização tanto de produtos quanto de produtividade diante da competitividade, tendo como pano de fundo a industrialização dentro de um mercado globalizado. Nesse processo, além das culturas de soja e trigo, outras culturas, como a da mandioca, também se tornam importantes ao lado da produção especializada de aves, suínos, peixes, gado leiteiro e outros, que se apresentam como importantes alternativas sócio-econômicas. Para Cologne (2004), essas transformações não se restringem à esfera do agronegócio, mas repercutem na dinâmica de outros setores da sociedade com reflexos na cultura e nas representações sociais dos sujeitos, não só alterando o modo de vida como também deslocando o universo das relações e representações sociais.

3.2 A Trajetória de Mudanças e o Modelo de Exploração da Unidade Produtiva

O processo de penetração crescente do capital na base do processo produtivo agrícola tem provocado transformações constantes nos diversos tipos de empresas agrícolas e familiares e, além disso, tem modificado suas características. Dessa forma, segundo Sorj, *apud* Wilkinson (1986, p. 41) “grande parte dos latifúndios se transformam em modernas empresas capitalistas, enquanto a pequena produção é marginalizada ou se integra ao processo agro-industrial, gerando uma camada de pequenos produtores capitalizados”. Ainda assim, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se e de reproduzir-se ao longo das gerações, adaptando-se aos movimentos e às oscilações tanto da economia quanto da política, diferentes nas mais diversas regiões em que ela, a agricultura familiar, foi levada a evoluir. São agricultores que entre fracassos e conquistas buscam, em todo momento, ter acesso a uma atividade estável e economicamente viável, procurando inserir-se em uma atividade mercantil e, ao mesmo tempo, somando-se a essa, garantir, não somente o autoconsumo, mas também um certo padrão de vida para a família

A partir da Segunda metade da década de 40, com o início do processo de colonização, toda a ênfase era dada à formação de comunidades rurais, mas, sempre fundamentada em um modelo, cujo espaço era ocupado por pequenos agricultores voltados para a produção de subsistência, e que se procurava produzir, em primeiro lugar, o necessário para a subsistência da família e somente o excedente era comercializado. Era um sistema onde o agricultor via sua atividade mais como um modo de vida que como um negócio. Para Stoffel

(2004), tratava-se de um modelo de diversificação produtiva da agricultura familiar que chegou a ser bastante predominante na Região.

O período que compreende a década de 1950 e 1960 foi caracterizado por uma economia extrativa e de agricultura familiar de subsistência, em que as unidades familiares deveriam ser auto-suficientes em termos de produção de alimentos para a subsistência e ainda produzir algum excedente que seria destinado ao mercado com o objetivo de suprir necessidades outras. Entre elas, o pagamento de dívidas referentes à aquisição da propriedade junto à companhia colonizadora (SCHALLENBERGER; COLOGNESE, 1993).

Para Gregory (2002), a fase pioneira da fronteira agrícola foi se confundindo com os esforços institucionais do estado e de órgãos tanto públicos quanto privados no sentido de acelerar e ainda de intensificar o processo de modernização.

O Oeste do Paraná e, particularmente, a região colonizada pela MARIPÁ e pela Companhia Colonizadora Norte do Paraná, local onde se dá o presente estudo, passaram, a partir, principalmente do início da década de 1970, por profundas e significativas mudanças que podem ser visualizadas como decorrentes ou como reflexos de um processo mais amplo da realidade não só brasileira, mas, principalmente da realidade mundial. Para Stoffel (2004), este foi um período em que os reflexos da dinâmica do capital provocaram ações e reações nos diferentes espaços, onde os costumes tanto sócio-econômicos quanto culturais específicos dos colonos estabelecidos na região sofreram fortes impactos, tanto do novo da fronteira agrícola quanto das inovações impostas pela modernização no campo.

Todo esse processo de modernização, de alguma forma, implicou uma maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro, pois, à medida que o processo de modernização se implanta e avança, a tendência da agricultura é especializar-se na

produção de um ou dois produtos em cada região. Essa tendência em direção à monocultura tem viabilizado e estimulado mais a empresa rural grande e média em que os proprietários dos meios de produção assumem o papel de patrão e os trabalhadores diretos, que não possuem os meios (terra, máquinas, etc.), assumem a condição de assalariados.

No processo de modernização da agricultura, percebe-se também a estreita relação que a indústria estabelece com a agricultura. É importante observar que na agricultura de subsistência o vínculo predominante é com o consumo, ou mais especificamente, com o autoconsumo. Na agricultura mercantil, por sua vez, a atividade agrícola está estreitamente relacionada com o comércio e com o setor financeiro. Todavia, é na agricultura moderna que está mais presente e fortalecido os vínculos entre o setor agrícola e o setor industrial, já que a produção deixa de ter como finalidade principal o autoconsumo e passa a atender a interesses tanto das agroindústrias quanto de grandes empresas nacionais e multinacionais.

De qualquer forma, com o fenômeno da modernização, passa-se a utilizar tratores ao invés de enxadas, os fertilizantes químicos tomam o lugar dos fertilizantes orgânicos, passa-se a utilizar inseticidas e, ainda, novas culturas e variedades são introduzidas com o objetivo de aumentar a produtividade. Fatores como esses tornaram inevitável a expansão das grandes propriedades, incorporando uma parcela significativa das pequenas propriedades ao latifúndio. Trata-se de uma mudança na base técnica, que transforma a produção antes artesanal, numa agricultura intensiva, mecanizada, altamente produtiva, que exige cada vez mais, profissionalismo e conhecimento técnico por parte do agricultor.

Para Kageyama et al (1987), o processo de modernização pode ser visualizado, ainda, pela elevação do consumo intermediário na agricultura, que indica a crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. Esse consumo

intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo de produção. Incluem-se aí as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos.

Com o esgotamento da fronteira agrícola modernizável no Rio Grande do Sul, o processo de modernização da agricultura, na década de 70, baseado fundamentalmente na soja, expande-se para outros Estados. O Paraná que, após a Segunda Guerra Mundial, sai do seu marasmo secular, tornou-se um dos Estados mais dinâmicos do país, tendo o seu processo de modernização puxado, sobretudo, pela expansão da cultura da soja como cultura principal, e o trigo como cultura secundária (BRUM, 1985).

Percebe-se, assim, que o processo de modernização da agricultura no Paraná, ao contrário da colonização, ocorreu caracterizando-se pela tendência à monocultura, no caso a soja, tendo como cultura secundária o trigo. Privilegiando a grande e média propriedade rural.

De modo geral, o processo de modernização da agricultura brasileira adquire diferentes dimensões que são compreensíveis, em se tratando de um país com as características territoriais do Brasil. O fenômeno da modernização possui características específicas, variáveis de acordo com as regiões e produtos atingidos. Entre as características comuns identificam-se como principais: a especialização, com forte tendência à fixação de monoculturas regionais; a viabilização e consolidação da empresa rural capitalista acompanhada da progressiva desestabilização e desaparecimento da pequena propriedade rural em regime de trabalho familiar; a concentração da propriedade da terra, quer através da aquisição de extensas áreas de terras nas novas fronteiras agrícolas, quer pela absorção de pequenas propriedades rurais por parte de médios e grandes produtores; a supervalorização das terras, frustrando as aspirações dos produtores mais fracos; o uso intenso do fator capital (máquinas, implementos, etc.), de um lado e mão-de-obra barata e de trabalhadores temporários (“bóia-fria”), de outro lado; a elevada utilização de capital de terceiros e a dependência acentuada em relação ao setor bancário (agricultura movida a crédito); o estímulo preferencial e o incremento dos produtos agrícolas de exportação em detrimento das culturas destinadas ao consumo interno; a expulsão de numerosos

contingentes populacionais da zona rural para as periferias urbanas, com o agravamento dos problemas sociais decorrentes (BRUM, 1988, p. 69).

Essas características são de tendência concentradora e estão em consonância, não com os interesses dos agricultores, mas com os dos grandes grupos internacionais que desenvolvem novos produtos e técnicas de cultivo, comercializando-os junto aos agricultores. Todo esse processo de modernização ou de transformação tecnológica no setor agrícola teve um preço que nem todos puderam pagar: alguns produtores, principalmente os grandes e alguns produtos, particularmente os de exportação, e algumas regiões, como as do Centro-Sul foram favorecidos, ao passo que a pequena propriedade rural manteve-se quase que na totalidade à margem do desenvolvimento.

Nesse quadro, ainda houve a “Revolução Verde”, um programa, cujo objetivo era contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, por meio de experiências genéticas que visavam ao desenvolvimento de variedades mais resistentes a pragas e doenças, além de serem adaptáveis às diferentes condições de solo e clima e ainda à descoberta e à aplicação de práticas e tratamentos agrícolas mais modernos e eficientes.

Nesse processo, aconteceu uma intervenção, ao mesmo tempo, em duas dimensões: a primeira mudou radicalmente a estrutura de produção de adubos, equipamentos e sementes (certificadas), a que se pode chamar de “apropriacionismo”. “É o processo descontínuo, porém, persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 01).

Uma segunda dimensão foi a que cuidou da articulação dos produtores rumo à assistência técnica e ao crédito rural. Trata-se do acesso ao custeio agrícola ou aos

financiamentos bancários, que injetaram recursos financeiros na produção fomentaram o desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, deixou um rastro de exclusão no campo decorrente da inadimplência que se dava tanto por conta das frustrações de safras, quanto por conta dos altos juros cobrados.

Esse processo, que foi introduzido de fora e pelas grandes empresas multinacionais e ainda inicialmente patrocinado por elas, teve a responsabilidade compartilhada pelo poder público que assumiu, por meio de organismos específicos, a tarefa de fomento. Pode-se dizer que esse processo teve início já por volta de 1935 quando se percebeu que a Europa caminhava para uma guerra de grandes proporções, que acabou ocorrendo, a qual trouxe consigo a ameaça da falta de alimentos e a desarticulação da produção. Nesse contexto, era iminente a necessidade de pensar-se em uma estratégia alimentar para o mundo que integrasse a América Latina, África e Ásia. Na divisão das tarefas, com vistas à criação de condições para a implantação e ao avanço da nova estratégia, coube à Fundação Rockefeller articular as ações na América Latina (FONSECA, 1985).

Neste cenário de mudanças, já a partir da década de 1970, surgem unidades produtivas familiares em que as culturas poupadoras de mão-de-obra passam a ganhar espaço. Segundo Stoffel (2004), trata-se da forma de organização produtiva exclusivamente agrícola que, na região Oeste do Paraná, é predominante e está voltada para a produção de milho, trigo e principalmente soja.

Esta modalidade de agricultura, mais comum em propriedades de maior porte, vem sendo praticada também nas pequenas propriedades, resume-se a combinações de atividades voltadas basicamente para a produção de mercado.

Nesta modalidade de agricultura, a combinação mais freqüente é a que explora, de forma conjunta ou alternada, as culturas de soja/milho/trigo, em que, segundo Stoffel (2004), a porcentagem de lucro obtida na atividade chegou, no ano agrícola de 2003, a 43,08% do valor investido. Isso, de alguma forma, mostra que os resultados financeiros ou o lucro obtido têm sido maiores na modalidade de atividade exclusivamente agrícola, considerando-se ainda que esta modalidade é a que menos depende do uso intensivo de mão-de-obra.

Contudo, é importante notar que, apesar de mostrar taxas consideráveis de retorno, esta atividade apresenta também um alto grau de vulnerabilidade e seu sucesso está diretamente ligado a uma série de fatores previsíveis e imprevisíveis, que vão desde condições climáticas até oscilação de preços tanto no mercado externo quanto no mercado interno.

Os segmentos em que este tipo de exploração da unidade produtiva mais se concentra são muito problemáticos, pois, na produção de grãos há uma tendência bastante consistente à queda nos preços. Segundo um estudo do Centro de Economia Agrícola da Fundação Getúlio Vargas, o faturamento bruto do setor produtor de grãos teve redução de 50% entre 1980 e 1997, não só em virtude da abertura comercial, mas também como resultado da própria elevação da produtividade que cresce de 430 para 1.300 quilos por hectare, no caso do algodão, de 1.500 para 2.700 quilos por hectare no arroz, de 1.750 para 2.300 quilos por hectare na soja e de 1.600 k para 2.600 para o milho.

Problemas dessa natureza estão cada vez mais presentes também em outros modelos de exploração da unidade produtiva, como é o caso da produção de leite, suínos, aves e outros. Contudo, a opção pela estratégia da pluriatividade com mudança de domicílio se dá com mais facilidade onde a unidade produtiva se adapta ao cultivo de grãos, soja/milho/trigo, de forma a liberar-se a de mão-de-obra dos membros da família.

Assim, o presente estudo defrontou-se também com uma diversidade de modelos de exploração da unidade produtiva. Desde os que produzem produtos, como: peixe, frango, ovos, leite e outros como grãos e carne, até as unidades produtivas familiares em que se produz parte desses itens, consorciados ou não. Um exemplo disso é onde se produz peixe e, ao mesmo tempo, produz-se leite e criação de bezerros em confinamento de modo a se comercializar a carne com um valor adicional por conta da qualidade superior obtida com animais criados dessa forma.

3.3 O Fenômeno da Mudança do Local de Domicílio

Em alguns estudos sobre a questão da pluriatividade, percebe-se que o agricultor, juntamente com a sua família, procura exercer atividades diversas sem, no entanto, transferir residência para povoados ou cidades.

Schneider (2003) afirma que:

Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades agrícolas. Essa forma de organização produtiva familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto de várias atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao

cultivo da terra, e cada vez menos executada dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 4).

É o caso, por exemplo, da indústria calçadista, no Rio Grande do Sul, que absorveu uma significativa força de trabalho por meio da expansão e interiorização das empresas, pois, a partir dos anos 80, as fábricas de calçados deslocaram suas unidades produtivas para pequenas localidades rurais. Para Schneider (2004), este é um fenômeno em que as fábricas, as quais se instalam nas comunidades rurais, estabelecem novas relações de trabalho com as populações ali residentes, promovem o assalariamento e, ao mesmo tempo, permitem que o trabalhador continue colono, residindo na colônia e cultivando a terra. O agricultor e família passam a conciliar a atividade rural com o trabalho remunerado nas indústrias de calçado, sem, no entanto, transferir residência.

Da mesma forma, isso também ocorre no Município de Terra Roxa, no Oeste do Paraná, em que a indústria do tricô absorve mão-de-obra, cujas tarefas são executadas no domicílio, ou seja, de posse da matéria prima e das ferramentas, os trabalhadores executam seu trabalho na sua própria residência no meio rural.

Mas, no Oeste do Paraná, mais precisamente na região de Assis Chateaubriand, ocorre um fenômeno com características próprias, o qual vem sendo notado e é objeto desse estudo. Trata-se de casos em que agricultores familiares, especialmente os que não possuem vínculo com empresas de fomento à suinocultura, avicultura, leite ou outros, vêm optando por transferir residência para povoados e até mesmo para pequenas cidades próximas à unidade produtiva. O fato de explorarem a propriedade apenas com culturas poupadoras de mão-de-obra, tais como soja e milho, permite a dispensa dos filhos e dos demais membros das tarefas dentro da

unidade produtiva. Trata-se de um fenômeno característico de pluriatividade, mas que possui características próprias que diferem dos casos anteriormente citados.

Com a unidade produtiva adequada à produção de culturas poupadoras de mão-de-obra, os membros da família ficam de certa forma liberados das atividades dentro da unidade produtiva, podendo assim se ocupar de tarefas outras. Nesse contexto, é comum perceber-se que não somente os filhos, mas, também, o chefe de família executa tarefas fora do meio rural. São atividades que vão desde pedreiro, carpinteiro, motorista, ajudante de serviços gerais, até assalariado em grandes propriedades rurais, em que o equipamento (plantadoras, tratores e colheitadeiras), ocasionalmente, é utilizado no trabalho dentro da propriedade familiar como forma de pagamento pelos serviços executados. Dessa forma, o agricultor familiar em estudo, procura fixar residência no povoado ou na cidade, executa atividades outras e os demais membros da família procuram também exercer atividades remuneradas no meio urbano.

O agricultor, chefe de família em estudo, além de ocupar-se das tarefas informais fora da unidade produtiva, ainda, conduz as atividades na propriedade, sempre explorando culturas poupadoras de mão-de-obra com a utilização de assistência técnica de empresas públicas, privadas ou cooperativas e ainda, máquinas e equipamentos de terceiros, tendo a atividade agrícola como principal fonte de renda.

3.4 Problema, Hipótese e Objetivos da Pesquisa

Há aproximadamente 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural do país, mas cerca de 1/3 delas trabalham em ocupações não-agrícolas, como as de pedreiros, motoristas, caseiros, empregadas domésticas etc. Essas ocupações, ligadas a atividades

orientadas para o consumo como lazer, turismo, residência, preservação ambiental, etc., foram aquelas que mais cresceram no campo (média de 3,7% ao ano) ao longo da década de 1990 (BACHA, 2004). Não se pode desconsiderar que o processo de modificação no modelo de exploração da propriedade rural implica alguns fatores que merecem atenção, como a adaptação da propriedade para a diversificação da produção, a qual exige, não só a capacidade de investimento por parte do agricultor, mas, ainda, o seu preparo e capacitação para o gerenciamento do empreendimento. Este seria um caso de diversificação interna da propriedade, onde o agricultor passaria a explorar outras atividades dentro da unidade produtiva, no caso: piscicultura, avicultura, gado de leite e outros.

No entanto, o fenômeno ao qual nosso estudo se propõe a analisar refere-se a agricultores que exploram a atividade exclusivamente agrícola e que transferem residência para povoados ou cidades mais próximas à sua propriedade rural, sem, no entanto, abandonar a atividade agrícola, e ainda sem vender a propriedade. São agricultores proprietários que, exercendo atividades outras no meio urbano, mantêm a atividade agrícola com a produção de culturas poupadoras de mão-de-obra, tais como soja, milho e trigo. São agricultores que, ao invés de diversificar internamente a unidade produtiva, procuram diversificar as fontes de renda fora da unidade produtiva, transferindo residência para cidades ou povoados próximos à propriedade agrícola.

Partindo de tal constatação, o problema ao qual estamos nos propondo a analisar refere-se às relações existentes entre a mudança de domicílio e as estratégias para ampliar as oportunidades de exercício de atividades remuneradas e complementares, já que, especialmente para o pequeno agricultor familiar, a possibilidade de diversificar a produção

interna da propriedade, ou mesmo de ampliar a área de plantio, não se coloca como possível e nem mesmo como viável devido aos altos custos.

Diante disso, o presente estudo tem a pretensão de verificar quais são os motivos pelos quais o agricultor em estudo, juntamente com a sua família, transfere residência para povoados ou cidades próximas à propriedade, já que existem casos em que o agricultor e os membros da família exercem atividades fora da unidade produtiva, diversificando fontes de renda, sem, no entanto, transferir residência.

Para Schneider (2003), a pluriatividade se coloca como uma estratégia para a diversificação e para o aumento da renda do agricultor. Nessa direção, o presente estudo busca ainda verificar se o exercício de atividades fora da unidade produtiva é anterior ou posterior à mudança de domicílio, questionando-se, ainda, se não poderia esse fenômeno configurar-se, não como um caso em que a atividade agrícola financia uma utopia urbana, mas, uma consequência do decréscimo dos rendimentos líquidos obtidos e da falta de perspectiva para o futuro profissional, especialmente, dos filhos no campo. Nesse sentido, o fenômeno poderia se visto ainda como um estágio intermediário entre a atividade rural e atividade urbana definitiva, em que a atividade agrícola, ao invés de financiar a utopia urbana, cumpriria uma função de viabilização financeira inicial de um processo de transferência definitiva para o meio urbano, especialmente, em se considerando que os filhos familiarizados com outras atividades não agrícolas vão, gradativamente, perdendo o interesse pela vida no campo.

No presente estudo, aborda-se esse fenômeno não como um tipo de êxodo de agricultores expulsos do campo para a periferia das cidades, fato que era percebido, principalmente, na década de setenta por conta dos efeitos da Modernização e ainda da Revolução Verde. A intenção é verificar se se trata de uma estratégia, um movimento planejado

em que o agricultor familiar, juntamente, com os membros de sua família (esposa e filhos) traça, ainda que minimamente, um plano que envolve tanto questões relacionadas ao modelo de exploração da propriedade rural, quanto da atuação dos membros da família no meio urbano.

Mesmo entendendo que as estratégias são resultados de escolhas, opções e decisões dos indivíduos envolvidos, pretende-se verificar, ainda, se elas ocorrem dentro de determinadas condicionantes, que podem ser de natureza tanto social quanto cultural, econômica e, até mesmo, espacial, exercendo pressão sobre as ações dos indivíduos e das famílias.

...a tomada de decisões e as opções sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente (SCHNEIDER, 2003, p. 109).

Diante disso, podemos entender estratégia como o resultado da ação humana frente às contingências e às situações objetivas e não como causais ou teleológicas.

É ainda objetivo deste estudo, analisar o comportamento, ou seja, a mudança de domicílio desses atores sociais, os agricultores, residentes em povoados ou cidades e que continuam explorando sua propriedade rural em tempo parcial. São agricultores que mudaram o domicílio para o povoado ou cidade e que adotaram fontes alternativas de renda, com a participação efetiva dos membros da família.

Interessa saber qual ou quais são os fatores decisivos que levam à ocorrência de tal comportamento na perspectiva do agricultor e, particularmente, do agricultor familiar. Sempre cientes de que o estudo do lado rural do desenvolvimento não deve provocar a ilusão de que o desenvolvimento rural possa ser separado do desenvolvimento urbano, assim, como

desenvolvimento econômico não pode ser separado de desenvolvimento social, embora se possa tratar separadamente economia do desenvolvimento de sua correspondente sociologia (VEIGA, 2000).

4 METODOLOGIA

A investigação científica se dá por meio tanto de métodos quanto de técnicas que se mostraram eficazes no passado, mas que são continuamente aprimoradas. Embora não dispondo de receitas infalíveis para encontrar a verdade, a ciência dispõe de um conjunto de métodos que proporcionam, de alguma forma, o planejamento de observações e experimentos e ainda a análise e interpretação de seus resultados (GIL, 2000).

Dessa forma, entende-se metodologia como sendo o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade, ela ocupa um lugar central no interior das teorias e sempre se refere a elas. Contudo, a metodologia não deve, em momento algum, inibir a criatividade do pesquisador já que, segundo Feyerabend (1989), o progresso da ciência está associado mais à violação das regras que à sua obediência. Para Dilthey (1956), o método é necessário por causa da “mediocridade”, ou seja, já que nem todos são gênios, precisa-se de parâmetros para caminhar no conhecimento.

Neste estudo, constatou-se o fenômeno em que agricultores familiares praticantes de atividades exclusivamente agrícolas transferem residência para povoados ou cidades próximas, assumindo atividades outras, sem, no entanto, abandonar a atividade agrícola poupadora de mão-de-obra. Tem-se como objetivo analisar qual é a relação existente entre o fenômeno de mudança de local de residência com as estratégias para ampliar as oportunidades de exercício de atividades remuneradas e complementares. Os agricultores familiares, a que o presente estudo se refere, são proprietários de terra dentro da área (Assis Chateaubriand/Tupãssi) onde se realizou a pesquisa, residentes em cidades ou povoados próximos à unidade produtiva.

São agricultores chefes de família com idade em torno de sessenta anos, alguns pioneiros, outros filhos de pioneiros. A origem étnica não foi um fator considerado, já que foi possível constatar-se a existência de certa diversidade no que tange à origem.

Neste estudo, agricultura familiar é entendida, segundo Wanderley (1996), como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Trata-se, portanto, de uma estrutura produtiva em que estão associados família-produção-trabalho e isso tem consequências fundamentais para a forma com que ela age tanto econômica quanto social.

E entende-se estratégia como aquilo que funciona como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família utiliza para alcançar seus objetivos, segundo Chayanov (1974).

4.1 A Literatura Metodológica

Segundo Gil (2000), método significa caminho para se chegar a um fim, e, ainda, conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento.

Por isso, o presente estudo propõe-se a executar um levantamento por amostragem que se distingue do censo. O censo envolve todos os elementos que constituem a amostra, ou seja, abrange toda a população estudada ou o universo da pesquisa. A amostragem, por sua vez, constitui-se de um subconjunto da população e, por meio dele estimam-se as características dessa população. Entre as principais vantagens do levantamento por amostragem

vale citar: conhecimento direto da realidade; economia; rapidez; e, quantificação, cujos dados podem ser agrupados a critério da pesquisa.

Na pesquisa social são utilizados diversos tipos de amostragem e estes tipos podem ser classificados em dois grandes grupos, que são: amostragem probabilística e amostragem não-probabilística. A amostragem probabilística, utilizada no presente estudo, divide-se em cinco tipos, que são: aleatória simples; sistemática; estratificada; por conglomerado; e, por etapas. Dentre os cinco tipos de amostragem, optou-se por trabalhar com o tipo aleatório simples, por entender-se que este é o tipo que se mostra mais adequado ao objetivo proposto para este estudo.

Desde o momento da formulação do problema até a construção das hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados a observação se constitui como elemento fundamental da pesquisa. Todavia, é na coleta de dados que ela se torna mais fundamental. A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que fatos sejam percebidos diretamente sem qualquer intermediação. Contudo, Gil (1999), alerta para o fato de que a reação das pessoas em relação à observação por parte de terceiros deve ser levada em conta no processo de investigação. Por esse motivo, a observação, como técnica de pesquisa, pode adotar modalidades diversas, tanto em função dos meios utilizados quanto do grau de participação do pesquisador.

No presente estudo, optou-se pela observação simples que é aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Ela pode ser chamada de observação-reportagem, já que apresenta certa similaridade com as técnicas empregadas por jornalistas.

Para o levantamento de dados, no presente estudo, fez-se uma entrevista pessoal, que pode ser entendida como a técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e formula-lhe perguntas com o objetivo de obter dados que interessam à investigação. Para Selltiz (1967), como técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. O tipo de entrevista adotado foi a entrevista focalizada que, apesar de ser bastante livre, enfoca um tema bem específico sem, no entanto, limitar as respostas do entrevistado a um esquema de estruturação demasiadamente rígido. No roteiro de entrevista foram elaboradas questões tanto abertas quanto fechadas. O roteiro foi elaborado pelo pesquisador, visando atender à proposta da pesquisa, e revisado pela orientação (ver roteiro em anexo).

No presente estudo, o próprio pesquisador conduz o trabalho de entrevista. A escolha dos agricultores entrevistados foi feita por amostragem aleatória simples, em que alguns elementos da população foram selecionados e entrevistados em Bragantina, distrito de Assis Chateaubriand e município de Tupãssi, ambos do Estado do Paraná. As entrevistas, num total de 20, foram realizadas entre os meses de fevereiro e junho de 2005, sendo que, parte delas, foi feita na cidade de Toledo, também no Paraná, pois este é o destino de parte dos agricultores familiares que mudam o domicílio, particularmente, os que saem do Distrito de Bragantina.

4.2 A Área de Estudo

O presente estudo dar-se-á nos limites da área que abrange o espaço geográfico que compreende o Município de Assis Chateaubriand-PR, mais particularmente no Distrito de Bragantina e, ainda, no Município de Tupãssi-PR.

O município de Assis Chateaubriand, localizado no Médio Oeste do Paraná, Micro Região 13, foi colonizado pela Companhia Colonizadora Norte do Paraná que iniciou a venda de terras em agosto de 1959. A colonizadora iniciou o processo de desbravamento no Vale do Piquiri, encontrando ali terras muito férteis, clima subtropical úmido mesotérmico, verões quentes, com tendência de concentração das chuvas – temperatura média no verão, superior a 22°C, invernos com geadas pouco freqüentes e temperatura média inferior a 18°C, sem estação de seca definida.

Após a conclusão do traçado urbanístico, iniciou-se o processo de povoamento da cidade que tinha a denominação de Tupãssi, palavra de origem Tupi que significa “Mãe de Deus” (COLOGNESE; GREGORY; SCHALLENBERGER, 1999).

O patrimônio foi iniciado oficialmente em 15 de janeiro de 1960, com território pertencente ao Município de Guaíra, posteriormente, passou a Distrito Judiciário do município de Toledo, por meio da Lei Estadual nº 4.343, de 21 de março de 1961.

Como o distrito teve um esplêndido crescimento, e com uma área de 1.010,33km², pleiteou-se a sua emancipação política e administrativa, o que, efetivamente, ocorreu por intermédio da lei nº 5.389, de 27 de agosto de 1966. A instalação oficial ocorreu no dia 06 de abril de 1967, quando o território desmembrado dos Municípios de Toledo, Palotina, e

Cascavel, passou a chamar-se Assis Chateaubriand e, em 2006, contou com uma população de 33.217 habitantes.

No mesmo ano, 1966, através da lei nº 5.489, foi criado o Distrito Judiciário de Bragantina, hoje o maior distrito do município. O acesso a Bragantina dá-se através da rodovia PR 317, que liga Toledo a Assis Chateaubriand, passando à margem da área urbana, e localiza-se a 25km do Município de Assis Chateaubriand e a 20km do Município de Toledo. De acordo com o IBGE, senso 2000, o Distrito de Bragantina é composto por uma população urbana de 1.383 habitantes e uma população rural de 1.135. Com uma área de aproximadamente 226.201km².

O plebiscito para a emancipação de Tupãssi foi realizado em 25 de novembro de 1979, e com a manifestação amplamente favorável da população o município foi criado pela lei nº 7.270, de 27 de dezembro de 1979. Contudo, a instalação oficial do município ocorreu apenas em 01 de fevereiro de 1983.

O Município de Tupãssi está situado na Região do Extremo Oeste do Paraná, localizado no terceiro planalto paranaense, com área total de 301,059 km² e 7.419 habitantes. O município limita-se ao Norte com Assis Chateaubriand; ao Sul com Cascavel; a Leste com Cafelândia; a nordeste com Nova Aurora e a Oeste com Toledo. Segundo Colognese (1999), o nome definitivo de Tupãssi foi uma forma de manter viva a denominação anterior dada ao Município de Assis Chateaubriand, por seu forte conteúdo simbólico. No sentido de evitarem-se confusões, inicialmente, costumava-se denominá-lo “Novo” Tupãssi (ver mapas em anexo).

4.3 A Análise dos Dados

Pesquisadores questionam a representatividade e o caráter de objetividade de que a pesquisa qualitativa se reveste. No entanto, é preciso encarar o fato de que mesmo nas pesquisas quantitativas, a subjetividade do pesquisador está presente. Seja na escolha do tema, dos entrevistados, no roteiro de perguntas, na bibliografia consultada e na análise do material coletado, sempre existe um sujeito, um autor que decide os passos a serem dados. Já na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um determinado grupo social, organização, trajetória etc. No presente estudo será privilegiada a pesquisa qualitativa que, segundo Cortes (2002), possibilita descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo por meio, principalmente, de análises documentais, ou resultados de observações e entrevistas. Sendo assim, este estudo tem um caráter qualitativo, sem a preocupação de conhecer em demasia o número exato de indivíduos envolvidos na questão, mas com a de compreender as condutas humanas relacionadas com a ocorrência dos fatos analisados.

Uma vez concluída a análise bibliográfica e de posse do material empírico foi feita a organização dos dados de forma a possibilitar a análise dos resultados e a exposição dos mesmos, no presente estudo.

5 A FAMÍLIA RURAL RUMO AO MEIO URBANO

A colonização do Oeste do Paraná e, particularmente dos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi, onde se dá a presente pesquisa, foi feita de maneira a privilegiar-se a pequena propriedade onde o agricultor, juntamente com a sua família, produziria para a subsistência comercializando o excedente. Segundo Colognese (1999), as empresas colonizadoras montavam seus planos de ação contemplando preocupações com o elemento humano, com a pequena propriedade, com a policultura e com a industrialização.

Nas áreas colonizadas, a projeção do espaço se dava no sentido de fomentar-se a formação de comunidades povoadas por pequenos produtores familiares e com densidade populacional elevada, a exemplo da maior parte dos territórios rurais do país. Estabelecia-se assim um novo espaço colonial com a atuação empresarial de colonizadoras e madeireiras, algumas mais colonizadoras, outras mais madeireiras e, também, com a vinda de um grande contingente de colonos de outros estados brasileiros.

Esse modelo de espaço colonial, implantado a partir da década de 1940, passa a sofrer algumas transformações já a partir da década de 1960 diante do aumento da demanda de produtos agrícolas e do novo papel da política governamental relacionada à agricultura. Segundo Stoffel (2004), a relativa homogeneidade em termos de formas de organização produtiva deixa de existir e o modelo tradicional de uso do solo vai dando lugar a práticas que visam ao aumento da produtividade. Inicia-se assim o processo de modernização da agricultura e, a partir da década de 1970, desenvolve-se a cultura da soja que, rapidamente, toma o espaço antes diversificado e até mesmo de outras culturas, como a do café no Norte do Paraná.

A dificuldade de acesso ao crédito, a baixa margem de lucro, a mecanização e a conseqüente expulsão de mão-de-obra do campo, juntamente, com a valorização da terra foi rapidamente esvaziando o campo. O êxodo rural decorrente das transformações produzidas pelo processo de modernização transferiu parte da população do meio rural para a cidade ou para a periferia das cidades. Segundo dados do IBGE, no Brasil, a população urbana passou de 36% do total em 1950, para 70% em 1983. Contudo, uma parcela de pequenos agricultores familiares conseguiu, de alguma forma, resistir às pressões e permanecer na propriedade, ainda que de forma precária. É parte desses agricultores familiares que hoje buscam estratégias de sobrevivência na atividade e, entre estas estratégias, destaca-se a da pluriatividade. Mais particularmente os que exploram a atividade agrícola residindo no meio urbano e explorando a propriedade rural com culturas poupadoras de mão-de-obra.

No município de Tupãssi, levantamento realizado no ano de 2004 mostrou que cerca de 690 famílias de agricultores residem no meio rural e mais 493 são famílias de proprietários rurais residentes no meio urbano. O que significa dizer que 41% dos agricultores familiares do município exploram a propriedade rural morando no meio urbano e os membros da família exercem outras atividades. No município de Assis Chateaubriand, mais particularmente no Distrito de Bragantina, o quadro não é diferente, e isto mostra que o esvaziamento no campo não significa sempre abandono da atividade. Mostra que uma parcela significativa de famílias rurais está buscando estratégias que possibilitem a sobrevivência e a garantia de um futuro menos penoso, principalmente para os filhos, no meio urbano e, na maioria dos casos, exercendo atividades não rurais.

Em Bragantina, na localidade de Água Encantado, em 1984, residiam cerca de 12 famílias de agricultores familiares, as quais mantinham uma capela (igreja católica), um clube

com campo de futebol, cancha de bocha e um grupo de jovens cooperativistas. Na mesma localidade, hoje, mora uma única família que vive da exploração de uma pequena área de terra e da produção de leite. Enfrentam problemas relacionados tanto à falta de segurança, em parte devido ao isolamento, quanto de locomoção e transporte da produção, devido à precariedade das estradas, especialmente em dias de chuva.

“...quando eu comprei lá e vim morar, lá tinha 64 jovens que tinha o clube de jovens cooperativistas da Coopagro, que nós fizemos o grupo e tinha 64 jovens inscritos, nós fizemos o campo, a igreja o barracão, tudo que nós tinha direito e daí foi que hoje todos foram embora e não ficou mais ninguém. Hoje tem 2 jovens lá, o resto foi tudo embora.” (ENTREVISTA 04)

Isto é compreensível, especialmente em se tratando da agricultura no Oeste do Paraná, pois o desenvolvimento de uma moderna base produtiva ocorreu de forma desigual, multiplicando riquezas, em alguns casos, e, em outros, reduzindo o número de pessoas aptas a usufruir dos benefícios sociais decorrentes delas. Uma parcela significativa de produtores rurais familiares, entre eles posseiros, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários e assalariados rurais não puderam ser contemplados, ficando fora do alvo das políticas de desenvolvimento agrícola, não conseguindo acompanhar o acelerado processo de desenvolvimento. Segundo Wanderley (1995), esses trabalhadores tiveram que migrar para as pequenas cidades e também para grandes centros urbanos onde se estabeleciam, em geral, nas áreas periféricas.

Apesar desse quadro desfavorável, alguns pequenos agricultores familiares procuraram permanecer em locais onde a agricultura não tinha grande inserção comercial ou onde a monocultura capitalista era hegemônica. Por esse fato, uma parcela desses agricultores familiares tem optado pela estratégia da pluriatividade e, no presente estudo, o foco recai sobre o

contingente de agricultores e famílias, cuja opção se dá com a mudança de domicílio para povoados ou cidades e sem a venda da propriedade agrícola.

Uma avaliação cuidadosa das transformações ocorridas no meio rural nas ultimas décadas, especialmente no Brasil, permite perceber-se que, além de altos ganhos de produtividade, houve uma profunda e radical transformação na base tecnológica do processo produtivo agrícola como um todo. Nesse aspecto, pode-se notar um aumento substancial, tanto na produção via expansão das áreas de plantio e exploração de novas fronteiras agrícolas, como no efeito de avanços da tecnologia e, até mesmo, da engenharia genética, tanto em insumos tais como, adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, como em melhorias genéticas nas sementes e plantas. Isso tudo aliado a um maior acesso à informação, por parte do agricultor, tanto no que diz respeito a técnicas de plantio e a informações meteorológicas, como nas formas mais eficientes de comercialização.

Dentro desse quadro, outros aspectos e transformações ocorridas na agricultura merecem destaque, entre eles os que se referem às mudanças nas formas de ocupação e de emprego tanto dentro quanto fora da unidade produtiva. No que diz respeito à exploração da unidade produtiva, não só à diversificação interna de culturas e atividades, mas também à diversificação externa de atividades e renda pode ser percebida. Trata-se de uma prática social em que um ou mais membros da família passam a exercer atividades fora da unidade produtiva como uma estratégia de ampliação das fontes de renda e, ainda, supostamente, como um mecanismo de reprodução.

No presente estudo, pode-se perceber o deslocamento da família rural que transfere residência para o meio urbano como parte de uma estratégia que objetiva, entre outros, a busca de melhores condições de vida, ou que procura, de alguma forma, diversificar as fontes de

renda fora da propriedade já que a falta de incentivos por parte do poder público e a inviabilidade financeira de transformações orientadas à diversificação interna desmotivam qualquer esforço no sentido de fixar a família no trabalho dentro da unidade produtiva.

Diante de uma série de fatores, que serão discutidos mais adiante, o agricultor, juntamente com a família, está adequando a unidade produtiva para o cultivo de soja, trigo e milho. Com isso, dispensa não só a sua própria ocupação na unidade produtiva, mas, principalmente dos filhos, que passam a buscar trabalho e, conseqüentemente, novas fontes de renda e de oportunidades dentro do mercado de trabalho no meio urbano. Dessa forma, a propriedade da terra é mantida como uma reserva de valor já que continua sendo a principal fonte de renda e ainda um bem de valor seguro.

Todo esse esforço, tanto de transformação no modo de exploração da unidade produtiva quanto da decisão de transferir residência para o povoado ou cidade, é resultado de uma discussão interna que envolve todos os membros da família num esforço concentrado em busca não só de conforto, que representa melhorias no padrão de vida das pessoas, mas também de oportunidades que, de alguma forma, lhes propiciem garantias de um futuro melhor ou menos penoso.

Segundo Schneider (2003), ainda que se possa afirmar que a pluriatividade decorre de fatores que lhe são exógenos tais como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões das famílias e dos indivíduos.

Dessa forma, uma série de fatores pode ser considerada como desencadeadora desse fenômeno, especialmente quando se percebe que, além do exercício de uma atividade, geralmente não-agrícola, a família rural ainda fixa residência fora da unidade produtiva (cidades ou povoados próximos).

5.1 A Pluriatividade com mudança de domicílio: uma Estratégia Diante do Quadro Atual da Agricultura Familiar

A pluriatividade representa uma estratégia largamente adotada na agricultura familiar no sentido de ampliar as fontes de renda e as condições de vida da família e ainda de proporcionar um futuro mais seguro especialmente para os filhos de agricultores. No entanto, é interessante notar que a adoção de tal estratégia não é resultado de um cálculo aritmético ou de uma racionalidade voltada exclusivamente para fatores que envolvem considerações a respeito de lucro.

Para Chayanov (1974), a tomada de decisão é também derivada de questões ligadas a variações no ciclo demográfico das famílias, ou seja, nos casos em que a família tem filhos pequenos ou que resta apenas o casal de velhos, a demanda por trabalho não-agrícola é pequena, já nos casos em que a família se torna mais numerosa, com maior capacidade de trabalho e maior aptidão dos filhos, a busca por trabalho em outros setores não-agrícolas é maior.

Por ocasião das entrevistas foi possível constatar que isso ocorre quando o chefe de família tem idade superior a 45 anos, com filhos aptos e com idade para o exercício de algum tipo de atividade.

“Foi por motivo das crianças, os filhos. Eu já disse várias vezes que foi os filhos, e ainda a renda ficou escassa, **a minha idade** acabou influenciando e eu acabei vindo prá cidade por causa dos filhos, nada mais nada menos devido a renda. A renda é muito pouca em quatro alqueires e meio, então foi em cima disso que eu acabei vindo embora. Se fosse só eu e a mulher, não tinha problema nenhum, pra viver dava, mas aí, três filhos não teve como, eu tive que vir embora. Nunca tive cobertura de governo, nunca tive subsídio de nada. O único subsídio que eu tive foi só de Deus, mais nada, só em cima disso que eu vim embora prá cidade.”
(ENTREVISTA 16)

Vale ressaltar que, apesar da busca por atividades não-agrícolas variar de acordo com o ciclo demográfico, é necessário que se leve em conta também não só os elementos técnicos que influenciam a produção ou as condições econômicas gerais que se dão localmente, mas, também, o aparato de fomento e apoio que envolve a presença do poder público não só estadual ou federal, mas, particularmente, municipal e, até mesmo, dos sindicatos e cooperativas no meio rural.

Segundo informações obtidas junto ao sindicato dos trabalhadores rurais de Assis Chateaubriand e também de Tupãssi, em 2006, no sindicato de Assis Chateaubriand apenas 450 associados estavam quites, embora haja um número aproximado de 4000 agricultores, conforme registros em 2004. Isto representa que, em Assis Chateaubriand, apenas 11,25% dos agricultores são devidamente sindicalizados. Em Tupãssi, são 450 associados quites para um total de 1183 agricultores em 2004, o que representa um total de 38% de agricultores sindicalizados. Tais números mostram que a grande maioria dos agricultores, nestes dois municípios, não é sindicalizada, fato que demonstra, de um lado, a falta de conscientização dos agricultores quanto à importância da sindicalização e, de outro, a partidarização, ineficiência e o descrédito dos sindicatos junto aos agricultores.

“...o agricultor paga o sindicato, mas o maior sindicato do agricultor deveria ser a cooperativa, ela ganha em cima do agricultor. O agricultor muitas vezes paga o sindicato e não tem ele né, porque são tudo máfia também. As cooperativas que é um órgão que se diz do agricultor não faz..., ela não pensa em um plano de saúde para o agricultor. Isso é falta de quê? É falta de interesse pelo agricultor. A produção do agricultor eles tem, mas se eu for lá na cooperativa pedir um dinheiro pra tratar da saúde de alguém eles vão pedir mil e um avalistas e eles tão com medo de eu não pagar... Quando eu tive que prorrogar uma dívida eu tive que arranjar um monte de avalistas... é aquele medo que o agricultor não vai pagar, sendo que nós estamos na mão deles.” (ENTREVISTA 08)

Portanto, a opção pela pluriatividade ou pela busca de atividades fora da unidade produtiva deriva da necessidade de se buscar fontes alternativas de renda e melhoria nas condições de vida e ainda garantir um futuro menos penoso. No entanto, a mudança de residência para povoados, vilas ou cidades próximas é, sobretudo, resultado da ineficiência ou da ausência do poder público no que se refere ao atendimento das questões ligadas à infra-estrutura no campo, principalmente em relação à conservação de estradas, transporte escolar, segurança e outros.

5.2 O Excedente de Mão-de-obra Dentro da Unidade Produtiva de Dimensões Reduzidas

Segundo Abramovay (1997), o traço definitivo da agricultura familiar é a não separação do trabalho, da gestão dos meios de produção e da propriedade sobre os produtos da atividade, centrada em indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco. Trata-se de uma unidade produtiva onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, ainda assume o trabalho dentro do estabelecimento.

Principalmente, a partir do início da década de 1970, a oferta de trabalho dentro das unidades produtivas vem sofrendo drástica redução. Essa redução na oferta de mão-de-obra decorre basicamente dos efeitos do processo de modernização da agricultura, em que equipamentos rústicos foram gradativamente sendo substituídos por outros cada vez mais modernos, eficientes e produtivos. Essa escassez na oferta de mão-de-obra decorre também do fato de que setores da indústria foram se apoderando de produtos e técnicas que antes eram de

domínio dos agricultores, como é o caso da produção de fertilizantes e de sementes. No caso das sementes, a modificação de características genéticas, em particular na soja, introduzindo resistência ao glifosato (herbicida sistêmico) atua ainda mais na redução de mão-de-obra já que o controle de ervas invasoras se dá com a aplicação de um único herbicida de baixo custo, eliminando quase que definitivamente a figura do “bóia-fria”.

O aumento na oferta de emprego no meio rural, apontada por Graziano (1999), ocorre principalmente nas unidades onde se opta pela diversificação interna e particularmente em chácaras de lazer, geralmente próximas a grandes cidades e nas margens de rodovias onde se exploram atividades, como eco-turismo, pesque-pague, pousadas e outros. Mesmo a manufatura de produtos dentro da propriedade, tais como a de geleias, queijos, apresuntados e outros, em geral, apresentam problemas tanto legais, ligados a questões sanitárias, quanto de espaços adequados para a comercialização junto ao público consumidor. Foi evidenciado, ainda, que o sistema integrado de produção de suínos e, principalmente de aves, dá-se com mais intensidade em propriedades de médio porte, em parte, devido ao alto custo para implantação da estrutura e, também, por conta das garantias que tornam mais fácil o acesso ao crédito bancário.

Este trabalho de campo privilegiou os agricultores familiares e, nesta ocasião foi possível perceber que o número médio de pessoas por família, declarado pelos entrevistados, foi de 4,6 pessoas, sendo apenas pai, mãe e filhos, não se incluindo aí noras, genros, netos e outros. Já o tamanho médio das propriedades foi de 121.000m² ou 5 alqueires paulistas, sendo que a distância entre a propriedade e o povoado é de 6,2km em média.

No Brasil, e em particular neste estudo, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Segundo Buainain; Guanziroli; Filho;

Bánkuti, *apud* Filho (2005), um número significativo de estabelecimentos familiares são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família. Isolados em meio a grandes propriedades, fragmentados em pequenas parcelas de terra, com acesso limitado às técnicas modernas, tanto de cultivo quanto e, principalmente, de gerenciamento da propriedade, os agricultores familiares são forçados a desenvolver estratégias de sobrevivência, ainda que isso implique em mudança de domicílio.

Para permanecerem no campo e manterem-se no mercado capitalista, os agricultores familiares teriam uma série de desafios a enfrentar, entre eles: a exigência de economia de escala; adaptação aos novos padrões de qualidade; a busca pela agregação de valor aos produtos, além do acesso aos mercados. Seria, de certa forma, uma mudança nos padrões tradicionais de atividade para novas práticas e desenvolvimento de novos produtos e serviços. Além disso, outro obstáculo também se faz presente, refere-se ao acesso à tecnologia de produção disponível no que diz respeito a máquinas, pois, em geral, os agricultores familiares precisam utilizar maquinário desenvolvido para uso em grandes propriedades, já que são raras as iniciativas da indústria em produzir máquinas e equipamentos adequados à realidade e às necessidades das propriedades de pequeno porte.

Segundo Medeiros; Wilkinson; e, Lima, *apud* (LIMA, 2000), para vencer esses desafios, os agricultores ainda precisariam vencer o obstáculo da adequação a normas técnicas e legislativas, que são geralmente elaboradas com foco em empresas de maior porte.

“Na época a gente trabalhava bastante manual e as crianças eram pequenas, então a vantagem era que as crianças eram pequenas não dependiam de nada, e a gente morava lá, tinha vacas de leite tinha criações...” (ENTREVISTA 02)

“Nóis só viemos pra cá porque era pouca terra né. Tinha bastante gente e pouco serviço, pouca terra. Então o único jeito que nós tivemos foi vir pra cá trabalhar e se virar né... se nós fica lá embolado nós não fazia nada né. Quando era manual era bastante, tinha serviço prá todos quando era manual, depois que passou a mecanização acabou o manual e veio as máquinas... comprar máquinas não dava... não podia financiar...” (ENTREVISTA 07)

O tamanho reduzido da propriedade, além de inviabilizar o crescimento, ainda dificulta investimentos em diversificação interna já que, como pequeno proprietário, o agricultor não tem o que oferecer como garantia na obtenção de financiamentos bancários. Não viabilizando a diversificação interna, não se possibilita a oferta de trabalho para todos os membros da família, especialmente para os filhos, já que exploram apenas culturas poupadoras de mão-de-obra e tais culturas não oferecem uma rentabilidade suficiente para a manutenção da família ou para a sua reprodução no campo. São estes agricultores familiares, inseridos no modo de produção exclusivamente agrícola e que estabelecem a comercialização como principal objetivo da produção, que têm procurado, e é isso que aponta o presente estudo, fixar residência nos povoados ou cidades mais próximas, buscando, dessa maneira, diversificar as fontes de renda da família.

5.3 A Ação do Poder Público Junto à Agricultura e ao Agricultor Familiar

Na agricultura familiar, ou parte considerável dela, como mostra Graziano (1999), as atividades consideradas agrícolas vêm rapidamente se convertendo em ocupações secundárias ou parciais e apresentam remuneração que, em algumas atividades (pesque-pague,

turismo rural, hotel fazenda), e em determinadas localidades, principalmente próximas a grandes cidades e nas margens de rodovias, se mostram bastante viáveis. No entanto, é interessante notar que em regiões mais afastadas de grandes centros este tipo de iniciativa tende a não produzir receita suficiente para a remuneração do investimento, sendo insuficiente tanto para garantir condições dignas de vida como para manter os agricultores residindo no meio rural. No caso das indústrias de fundo de quintal ou da produção artesanal, uma grande dificuldade está relacionada a questões legais e principalmente à inserção dos produtos no mercado que, em algumas localidades, já se encontra saturado.

O sucesso na busca de iniciativas autônomas, tanto da agroindustrialização quanto da inserção mercantil passa, não só pela organização de cooperativas e associações, mas, também pela presença e pelo apoio de órgãos públicos no que se refere à assistência técnica, comercialização e transporte dos produtos. Além disso, exige-se cada vez mais que o empreendimento possa contar com algumas estratégias de Marketing que possam ajudar no fluxo de informações referentes ao sistema agroalimentar como um todo, bem como para orientar e auxiliar no sentido de monitorar o ambiente onde opera.

Para Neves (2003), os consumidores são variados e o seu comportamento de compra também. Isso evidencia a necessidade de pensar-se em um conjunto de fatores que devem ser considerados no momento em que o agricultor familiar opta por adequar a sua unidade produtiva, tanto na confecção de produtos artesanais destinados para a venda direta ao consumidor, quanto na adequação da propriedade voltada para o sistema de produção integrada ou mesmo para outros fins.

Por uma série de razões - terceirização, exigências de maior coordenação para garantir qualidade, vantagens de proximidade - a noção de cadeias agroindustriais está sendo

complementada por aquela de redes que captam melhor as novas formas de cooperação entre os atores e as vantagens de aglomeração espacial. Em se tratando do estímulo a pequenas e médias agroindústrias, a competitividade passa por ações associativas e pelo desenvolvimento de serviços de apoio, o que caminha na direção de conceitos de desenvolvimento rural e regional presentes, também, tanto no enfoque de produção familiar, quanto nos estudos sobre pluriatividade.

Contudo, devido ao esvaziamento do meio rural percebido a partir dos efeitos do processo de modernização agrícola, na região estudada não se percebe uma acentuada aglomeração espacial, ou seja, há unidades produtivas, do tipo familiar, situadas distantes, não somente em relação a outras propriedades com características idênticas, mas, ainda, distantes de centros com potencial consumidor.

Dos entrevistados, 55% não tiveram acesso ao Pronaf ou não optaram por utilizá-lo, o que demonstra por um lado a desinformação quanto às vantagens desta modalidade de financiamento da produção (juros, subsidiados e seguro agrícola) e, de outro, a burocracia ainda existente, além das exigências de garantias (hipoteca ou avalistas).

“Não vai melhorar. Como vai melhorar se não tem um financiamento, se não tem um subsídio se não tem nada prá ajudar **não tem nem estrada prá ir na propriedade**. Então a tendência é os filhos não continuar na roça.” (ENTREVISTA 16)

“Se eu tivesse todo o apoio lá no sítio **estradas, financiamentos** eu não teria vindo pra cidade mesmo que eu tivesse que pagar um carro pra trazer os meus filhos pra estudar. É tudo falta de apoio, falta de um prefeito mais comunicativo.” (ENTREVISTA 20)

Fica, assim, evidenciada a falta de sinergia entre as partes envolvidas, ou seja, poder público, produtores e consumidores, fato que contribui para promover um processo de desencanto, não com a vida no campo, mas com os resultados da atividade no que se refere à lucratividade e, principalmente, em relação à permanência dos filhos no campo. Seria com os recursos financeiros obtidos por meio da atividade, ou seja, com o lucro, que o agricultor poderia ampliar a unidade produtiva no sentido de diversificar internamente, gerar empregos, principalmente, para os filhos e, ainda, aumentar a fonte de renda, fato que possibilitaria a permanência dos membros da família no meio rural. No entanto, o que se percebe, na área em estudo, é que o agricultor e sua família procuram de toda forma direcionar as decisões no sentido de que os filhos busquem ocupação no meio urbano, para onde procuram se dirigir e fixar residência, embora tenham a propriedade rural, de início, como principal fonte de renda, mas, assim que se estabelecem e se ocupam na cidade, a propriedade rural passa a ser vista também como uma reserva segura de capital.

A propriedade rural vista como uma reserva de capital é percebida quando o agricultor afirma que não admitiria a venda de um bem imóvel, a terra, para investir em bens móveis tais como, caminhões, instalações comerciais e, principalmente, em investimentos no mercado financeiro, aplicações bancárias, ações e outros.

“...aí fica difícil né... sei lá, eu acho que investimento igual a terra não tem né. Terra é sempre terra né. A gente fazer outro investimento tá sujeito a gente perder né... quantos venderam e acabou em nada.” (ENTREVISTA 19)

“É... eu acho que não venderia né... eu me criei nessa idéia aí e não passa pela minha cabeça... porque eu não tenho profissão. Tenho 52 anos de idade e prá mim correr o risco com o capitalzinho que eu tenho agora... sabendo que se eu não morrer, com 60 eu vou me aposentar, dificilmente eu vou vender minha propriedade pra investir aqui, dificilmente.” (ENTREVISTA 16)

Dentro da unidade produtiva familiar, o agricultor precisa ter condições de produzir com eficiência para elevar a renda média e gerar um excedente acima do necessário para a subsistência, o que possibilitaria a permanência de um número maior de pessoas trabalhando e produzindo dentro da propriedade. Para Souza (2005), isso acaba sendo feito, seguindo as leis de mercado devido à insuficiência de recursos públicos para o subsídio agrícola. Percebe-se, dessa forma, a dificuldade do governo em sustentar uma política agrícola voltada para a pequena agricultura e, em especial, para a agricultura familiar, fato que, de alguma forma, tem levado à adoção de regulações indiretas com a ajuda do setor privado.

5.4 A Renda na Agricultura Familiar e as Culturas Pouadoras de Mão-de-obra

Para Schneider (2003), o debate sobre rendas é um tema controvertido sobre o qual é difícil se estabelecer um consenso no terreno metodológico. Um dos principais problemas está em se obter dados fidedignos e confiáveis por parte dos entrevistados. Contudo, trata-se de uma variável que vem sendo incorporada cada vez mais como um indicador, o qual permite identificar os mecanismos de reprodução social de determinados grupos sociais e, particularmente, da agricultura familiar.

No presente estudo, a atividade agrícola ainda apareceu como principal fonte de renda dos entrevistados, contudo deve-se ressaltar que foi entrevistado o chefe da família, ou seja, o pai, ao qual cabe o comando na exploração da unidade produtiva.

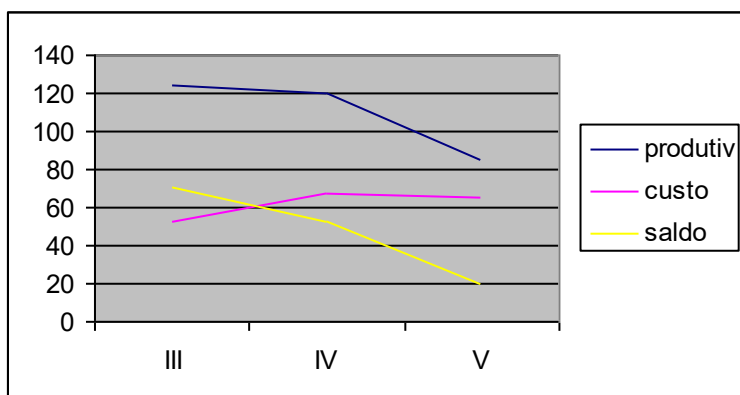
“Prá mim sim, prá mim sim, o sítio é a principal fonte de renda. Porque hoje, hoje em relação àquele tempo, a família se desmembrou de mim. Eles separaram de mim, você veja bem que meu filho mais novo já tem vinte e dois anos. Hoje você tá vendo que a renda deles é deles. Então eu posso dizer que hoje graças a Deus... não que eles estorvassem, mas você sabe, quanto mais renda... então hoje eu tô aliviado nesse sentido... eles já é independente né...”. (ENTREVISTA 16)

Observou-se que, mesmo sendo a atividade agrícola a principal fonte de renda nas famílias, os filhos, tendo trabalho fixo, têm renda suficiente para se manterem sem o auxílio financeiro do pai que, por sua vez, ocupa-se de tarefas outras e, ao mesmo tempo, explora a propriedade agrícola com culturas poupadoras de mão-de-obra.

Ao explorar a unidade produtiva com culturas poupadoras de mão-de-obra, tais como soja, milho e trigo, o agricultor está sujeito às flutuações de preços que, em alguns casos, e em determinados momentos podem atuar no sentido de aumentar a receita, ou seja, fazem com que a atividade resulte em lucro, e em outros, devido a uma série de fatores como, excesso de oferta e políticas desfavoráveis de câmbio, fazem com que a receita se reduza a ponto de não se cobrir, nem mesmo os custos de produção.

A título de exemplo, pode-se citar a cultura da soja que, na safra 2003/2004, apresentava um custo de aproximadamente 53 sacas por alqueire, com uma produtividade média de 124 sacas por alqueire e comercialização ao preço médio de R\$ 40,00 a saca. Isso permitiu ao agricultor cobrir os custos e ainda obter lucro com a atividade. Já na safra 2004/2005, o custo foi de 67 sacas por alqueire e produtividade média de 120 sacas por alqueire, mas, a comercialização ocorreu a um preço médio de R\$ 30,00 a saca. Com isso, as margens de lucro ficaram bastante reduzidas e, em alguns casos, quase que inviáveis. Na safra 2005/2006, as condições climáticas foram bastante desfavoráveis e ainda houve a valorização do real em relação ao dólar. Isto fez

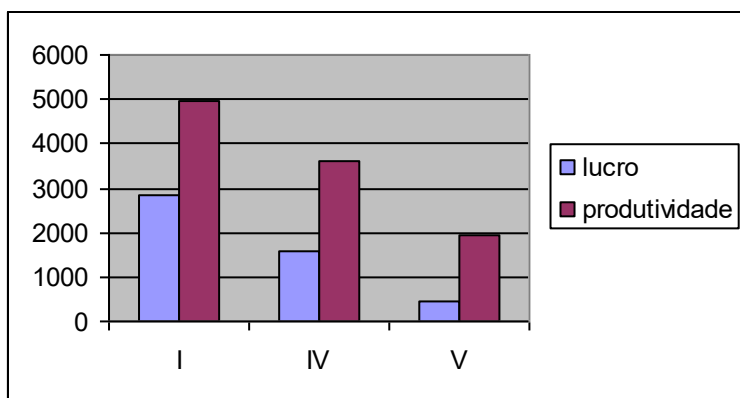
com que o produtor obtivesse baixa produtividade e, ainda, baixos preços na comercialização, fazendo com que, em alguns casos, a produtividade se igualasse aos custos.¹ Mais particularmente no caso da soja, a valorização excessiva do Real em relação ao Dólar tem feito com que o agricultor brasileiro perca bons momentos de comercialização já que os preços estão favoráveis no mercado internacional, mas são minimizados no Brasil devido ao câmbio.



Fonte: Resultados da pesquisa

GRÁFICO 1 - Comportamento da produtividade, dos custos de produção e o resultado líquido obtido em sacas de soja por safra nas safras 2003/2004 2004/2005 e 2005/2006

¹ Estes dados são aproximados e foram obtidos junto ao Departamento Técnico da COAMO (Cooperativa Agropecuária Morãoense) entreposto de Bragantina – Assis Chateaubriand-PR.



Fonte: Resultados da pesquisa

GRÁFICO 2 - Comportamento do lucro líquido em reais por alqueire e da produtividade em reais na cultura de soja 2003/2004 2004/2005 e 2005/2006

Estes dados mostram um quadro de decréscimo nos rendimentos, em particular, com a cultura da soja nos últimos três anos. Tal constatação tem justificado, na agricultura familiar, a adoção da estratégia da pluriatividade, já que o exercício de atividades outras por membros da família tem possibilitado a manutenção de certo padrão de vida e, ao mesmo tempo, contribuiu para que a família e, particularmente, o agricultor pudesse ao longo da crise se manter na atividade sem se desfazer da unidade produtiva, ou seja, sem vender a propriedade.

Entende-se, assim, que, nos momentos de crise na agricultura, o que mantém o equilíbrio financeiro da família são as atividades outras, ou seja, a diversificação de renda que, no presente estudo, se dá principalmente fora da unidade produtiva.

Segundo Graziano (1999), são agricultores que estão deixando de ser trabalhadores agrícolas especializados para se converterem em trabalhadores que combinam formas diversas de ocupação (assalariados ou não), em diferentes ramos de atividade, que podem ser agrícolas ou não-agrícolas.

5.5 O Conforto e a Comodidade da Cidade

O urbano difere-se do rural não apenas no que diz respeito ao movimento e à atividade econômica, mas também quanto ao tom, ritmo e timbre. A cidade, ainda que pequena, é caracterizada pela heterogeneidade, pela variedade e pela mudança, bem como por uma mistura de diferentes ocupações, classes sociais, interesses e bases culturais.

A cidade tem mais riqueza que o campo, mais erudição, mais iniciativa, mais filantropia, mais ciência, mais divórcios, mais forasteiros, mais nascimentos e mortes, mais ricos, mais pobres, mais sábios e mais tolos. (William B. Muro)

A cidade se coloca como uma alternativa interessante, porque nela, a inovação ou a mudança particularmente nas esferas econômicas não é apenas tolerada, mas ativamente encorajada. Acredita-se que na cidade o indivíduo tenha mais ofertas de trabalho, de oportunidades e conseqüentemente de incrementar sua fonte de renda.

A cidade tem sido um cadinho de raças, povos e culturas, é um terreno extremamente favorável à formação de novos híbridos biológicos e culturais. A cidade não tem apenas tolerado, mas estimulado as diferenças individuais. Tem reunido pessoas de todos os cantos porque são diferentes e, portanto, úteis umas para as outras, e não porque sejam homogêneas e pensem todas da mesma forma. (Louis Wirth)

No espaço rural, o homem do campo, juntamente com a sua família, vive de maneira que os laços de amizade, de ajuda mútua e outros ocorram entre os vizinhos de propriedade ou de residência. As características marcantes dessas comunidades são as relações de

vizinhança marcada por atitudes de solidariedade, em que as relações de reciprocidade são marcadas, muitas vezes, pela produção em forma de mutirão que são viabilizadas, muitas vezes, pela proximidade geográfica.

Esses, e outros valores próprios do homem do campo, configuram um modo de vida e uma cultura específica que, de alguma forma, condicionam o comportamento e a adaptação dele no meio urbano.

...Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo sua ignorância de entorno, pelo conhecimento, ainda que fragmentário (SANTOS 2000, p. 61).

Contudo, lidamos com “novos valores”, estes freqüentemente tidos como valores urbanos, para Santos (2000), são valores distorcidos da modernidade. Com esses “novos valores”, porém, a teia de relações, antes instalada nas cidades estende-se praticamente a todas as partes, com a industrialização da agricultura e a modernização no campo.

O povoado ou a cidade preenche não somente suas funções propriamente urbanas, mas também outras funções que podem ser vistas como eminentemente rurais. É no meio urbano que se encontram os “notáveis”, tanto da sociedade urbana quanto da sociedade rural, nela são oferecidos os serviços burocráticos e administrativos relacionados ao exercício dos direitos e deveres do cidadão. As atividades desenvolvidas na cidade estão intimamente associadas à agricultura e à vida social dos atores sociais envolvidos com a atividade rural e é em direção às cidades que a população rural se dirige quando há festas e eventos importantes (QUEIROZ, 1978).

Na cidade se tem ainda acesso fácil a supermercados, farmácias, hospitais, bancos e a toda uma variedade de serviços que não eram oferecidos no campo e que, de alguma forma, compensam perdas percebidas com o afastamento da vida no campo.

“O que mudou é que a gente tem mais conforto... a gente sente falta de trabalhar porque a gente era acostumado na roça, mais a gente tem o conforto prá buscar um remédio, pra receber o dinheiro que tem que receber (aposentadoria) aqui tem mais conforto né, só que no sítio você sabe como é que é né. No sítio tem outro tipo de conforto, porque lá a gente tem um porco, tem uma galinha, tem uma criação. Eu tinha, quando eu vinha pra cá eu vendi tudo né. Aqui a gente tem que comprar tudo, só que aí tem o conforto que se a gente quer comprar alguma coisa no mercado, uma coisa ou outra aí na farmácia, tá tudo em cima né. Lá tinha que pegar condução, quando chovia não tinha condição de ir...”.
(ENTREVISTA 17)

Fica evidenciado que tanto as facilidades de acesso aos serviços e ao conforto da cidade quanto, e principalmente, o incremento nas fontes de renda da família atuam no sentido de compensar o sentimento de perda relacionado ao modo de vida do campo.

5.6 A Unidade Produtiva e as Perspectivas Para o Futuro

O agricultor familiar, bem como a sua família, carrega uma bagagem de conhecimentos tradicionais, hereditários e mesmo técnicos, que sustentam representações que, de alguma forma, condicionam o próprio comportamento no meio em que vivem. A mudança não só de atividade, mas também de domicílio vai gradativamente gerando mudanças que alteram todo

esse quadro. Contudo, a adaptação se dá e, no caso dos filhos, até mesmo os valores e interesses anteriores tomam contornos outros.

“Eu penso que meus filhos não tocam o sítio não, porque cada um tem o trabalho diferente né. Eu acho que o que pode acontecer quando a gente tiver que desocupar o lugar, porque um dia a gente vai ter que desocupar mesmo né, então eles vão arrendar ou vão pensar em vender né. Dar seguimento no que eu venho fazendo, eu acredito que eles não vão dar não.” (ENTREVISTA 02)

A saída do campo ocorre num contexto de crise da agricultura familiar tradicional, o que contribui para que as fronteiras entre o rural e o urbano se tornem mais tênues. Na migração de jovens agricultores para atividades não-rurais se evidencia não só a negação da condição camponesa e da penosidade inerente à vida no campo, mas, principalmente, a preocupação com o futuro da família, dos filhos e também das famílias dos filhos (noras e netos). O assalariamento, mesmo com remuneração baixa, é entendido como melhor que a dependência e a subordinação dos filhos em relação aos pais devido à falta de espaço e de ocupação dentro da unidade produtiva de dimensões reduzidas.

A difícil adaptação do agricultor à vida urbana não é percebida com a mesma intensidade quando se trata dos filhos, estes, em pouco tempo, já estão familiarizados com o novo ambiente, trabalho, círculo de amizades e tudo mais. Por isso, a mudança de domicílio do campo para a cidade provoca certa ruptura de costumes, valores e representações que tornam cada vez menos atraente a idéia de um dia os filhos voltarem à atividade rural. Nas famílias de agricultores entrevistados foi possível constatar que 70% dos membros que exercem profissões fora da unidade produtiva são trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada, fato que conspira contra a possibilidade de retorno à atividade agrícola, mesmo quando da divisão da propriedade entre os filhos.

“...vão fazer qualquer outro tipo de serviço no comércio, na lavoura não. Na lavoura eu acho que eles não tem vocação. É igual futebol tem que ser daquilo senão não vai né... Eu acho que da minha família ninguém volta pro sítio. Porque no serviço que eles tão hoje, prá eles deixar e ir na lavoura pegar um porco, cuidar de uma vaca. É difícil. Eles não tem jeito pra coisa. Podem colocar algum comércio, alguma loja, alguma coisa, aí sim funciona, mais na lavoura é difícil.” (ENTREVISTA 07)

Para Schneider (2003), as motivações financeiras que fazem com que os pluriativos troquem a agricultura pelas atividades não-agrícolas parecem estar em consonância com a queda geral da rentabilidade do setor agrícola no Brasil. Contudo, não é somente por conta da queda nos rendimentos agrícolas que os jovens se voltam crescentemente para atividades não-agrícolas e, cada vez mais, de forma definitiva.

“A vantagem da cidade é que a gente fica enturmado, fica perto de um jogo de futebol, fica perto da igreja e no sítio é aquele negócio, se chove é um problema sempre, as estradas que não vai carro, o isolamento, não tem mais vizinhos. Aqui você tá na porta das coisas. Eu acho que a vantagem da vila é isso.” (ENTREVISTA 06)

Fica evidenciado que a exploração de uma segunda atividade produtiva por parte do agricultor e de sua família, em um primeiro momento, representa a possibilidade de incrementarem-se as fontes de renda da família como um todo e, ao mesmo tempo, de possibilitar que os filhos consigam certo grau de independência financeira. À medida que cada membro da família tem certa estabilidade financeira ou um trabalho fixo com alguma perspectiva de futuro, amizades, novos vizinhos, ele começa a sentir-se membro de uma comunidade, os laços com o passado, particularmente em se tratando dos filhos, se rompem e as lembranças da vida no campo

passam a fazer parte de um tipo de arquivo de imagens e cenas de um passado não só distante, mas cada vez mais indescritível.

Em um segundo momento, já superada a fase de adaptação, a possibilidade de um dia reativar a unidade produtiva familiar já não existe. Os filhos, já estabelecidos no meio urbano, não vêem como interessante e menos ainda viável, o retorno ao meio rural. O chefe da família e esposa já aposentados e com a necessidade de viver próximo aos filhos, principalmente se há questões ligadas a limitações físicas, igualmente, não vislumbram o meio rural como um lugar interessante para residir.

A vida do agricultor familiar no campo vem, ao longo do tempo, inviabilizando-se por uma série de fatores, alguns já citados. O retorno é improvável por conta do conforto e da comodidade da cidade e, principalmente, por conta da idade avançada, se for o caso, do chefe da família.

Neste contexto, fica constatado que a opção pela pluriatividade com mudança de domicílio faz parte de uma estratégia que visa não somente ao incremento nas fontes de renda e às oportunidades de exercício de novas e mais promissoras atividades, mas, ainda, à fixação definitiva da família rural no meio urbano. Essa fixação definitiva no meio urbano se dá, principalmente, quando da divisão da propriedade entre os herdeiros estabelecidos na cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foram analisadas as causas que levaram agricultores familiares, juntamente com a família, a transferirem residência para cidades e povoados, optando pela estratégia da pluriatividade e sem, num primeiro momento, efetuar a venda da propriedade rural. Além disso, foram analisados os desdobramentos decorrentes do fenômeno estudado, onde estão, como vivem, e o que planejam para o futuro estes agricultores pluriativos. Para esse fim, foram feitas visitas e realizadas entrevistas com os agricultores em estudo.

Foram visitados e entrevistados agricultores pluriativos proprietários de terras no Município de Tupãssi e no Município de Assis Chateaubriand, mais precisamente, no Distrito de Bragantina, residentes nas cidades de Tupãssi, Toledo e no povoado de Bragantina.

O estudo revelou que uma série de fatores, tanto de expulsão quanto de atração, ou a combinação deles está ligada não só à adoção da estratégia da pluriatividade, mas principalmente ao fato de que ela se dá com a mudança de domicílio e sem a venda da propriedade, a qual passa a representar uma reserva de capital para a família.

Verificou-se que um dos fatores determinantes para a diversificação de atividades é, sem dúvida, a necessidade de incremento na renda familiar. Contudo, não é o único, já que outros fatores também foram apontados pelos agricultores entrevistados e, entre eles o isolamento, a falta de assistência médica, transporte escolar, infra-estrutura no que tange à conservação de estradas rurais, acesso a financiamentos de custeio e a investimentos, e, ainda, à falta de expectativas para o futuro, principalmente dos filhos, no meio rural.

As incertezas decorrentes das atividades agrícolas estão presentes em todo momento e acompanham o agricultor familiar durante toda a sua trajetória, mesmo quando no exercício de atividades outras. Evidências a esse respeito são percebidas quando há a recusa do agricultor em se desfazer da propriedade, mesmo na situação hipotética de não necessitar mais dela como fonte de renda. Nesses casos, segundo relatos de agricultores, a propriedade permaneceria ainda com os membros da família representando uma reserva de capital e mais ainda, um “porto seguro” em eventual situação de insucesso em atividades outras. O receio e as incertezas inerentes à atividade agrícola criam no indivíduo a impressão (verdadeira ou não) de que a instabilidade e a insegurança estão presentes, qualquer que seja o ramo ou a atividade desenvolvida. Esse fato leva a entender por que no cotidiano do agricultor familiar a mobilidade, tanto espacial quanto econômica, se dá de maneira tão lenta e supostamente segura.

Por conta da execução deste trabalho, foi possível constatar que, particularmente, no caso dos agricultores familiares que optaram pela estratégia da pluriatividade com transferência de residência, a opção representa sim, num primeiro momento, um incremento nas fontes de renda da família, a possibilidade do exercício de atividades menos penosas e a possibilidade de oferecer maior conforto e comodidade para os membros da família. Contudo, verificou-se que a pluriatividade, nestes casos, representa ainda, um estágio intermediário entre a atividade agrícola, a vida no campo e a atividade urbana, e, a vida definitivamente no meio urbano. Por conta das entrevistas com agricultores foi possível perceber que a fixação em definitivo no meio urbano se dará de forma mais irreversível quando da divisão da propriedade entre herdeiros. Momento que, de posse de cada fragmento da propriedade, os herdeiros, já estabelecidos na cidade, certamente, optarão pela venda da propriedade.

Dessa forma, é certo que a pluriatividade, segundo Schneider (2003), é um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Ela pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou como uma estratégia individual dos membros que constituem a família, pois, atua tanto no sentido de incrementar a renda dos membros da família quanto de produzir melhorias no padrão de vida e de melhores perspectivas futuras, especialmente para os filhos de agricultores. No entanto, os resultados da pesquisa mostram que no recorte utilizado pelo presente estudo, a opção de agricultores pela estratégia da pluriatividade mostrou-se como um estágio intermediário entre a vida no campo, a atividade agrícola e a vida em definitivo no meio urbano com o exercício de atividades fora da unidade produtiva. Especialmente em se tratando dos filhos que, num segundo momento, herdaram a propriedade, mas não a vocação ou o gosto pela atividade. Fato que, a partir da divisão da propriedade entre os filhos, resulta na venda da mesma.

Por último, observou-se que, para que a diversificação de atividade e renda dentro da unidade produtiva seja eficiente no sentido de fixar o homem no campo, seria necessário que se busquem meios para que os serviços públicos, tanto de saúde quanto de segurança, transportes e outros cheguem com eficiência também até o campo. Além disso, é fundamental que haja o desenvolvimento de procedimentos e técnicas que possam diminuir custos, tanto de implantação de novas atividades dentro da unidade produtiva quanto de manutenção, para que, de alguma forma, produzam lucros que possam ser considerados viáveis. Com isso, a eventual opção por atividades fora da unidade produtiva passaria a representar sim, uma forma de incremento na renda da família ou de indivíduos da família e não um passo rumo ao abandono definitivo da atividade.

Espera-se que, em menor ou maior grau, este estudo possa ter atingido seus objetivos, entre eles o de contribuir, não só no sentido de fomentar as discussões referentes aos meios para se viabilizar economicamente atividades diversas dentro da unidade produtiva de forma a possibilitar a sua reprodução, como ainda de apontar possíveis causas que levam famílias de agricultores a exercerem atividades fora da unidade produtiva com mudança de domicílio para povoados ou cidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. Anais..., 1997. 29 p. (texto para discussão).
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ 1998.
- BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRUM, A Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado, Petrópolis, Ijuí-RS, 1988.
- BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas-SP: UNICAMP, 1993.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, 1976.
- COLOGNESE, Silvio Antônio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- CORTES, S. M. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÊRNI, D. de Á. (org.). **Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, Marina Silva da. **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- DILTHEY, W. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Madrid: Revista de Occidente, 1956.
- EMBRAPA. **Pesquisa e desenvolvimento: subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira**. CPATSA, 1998.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- FILHO, H. M. S.; BATALHA, M. O. (orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2005.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loiola, 1985.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 2. ed, São Paulo: Editora Nacional, 1997.

GIL. Antônio, C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999. (coleção pesquisas, 1)

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70).** Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário, 1995/1996.** Brasília, 1998.

KAGEYAMA, A. **Biotechnology e propriedade intelectual: novos cultivares.** IPEA, Brasília, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord). **A agricultura familiar.** Campinas-SP: UNICAMP, 1993.

MARINI, M.; PIERONI, O. **Relación entre la familia y el entorno social.** Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona marginal (Calabria). In: ARKLETON RESEARCH. *Cambio Rural en Europa.* Colóquio de Montpellier. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1987, p. 205-247.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, J. X. de; WILKINSON, J.; LIMA, D. M. de A. O desenvolvimento científico e tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 23-38.

MÜLLER, Mary Stela. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias.** 5. Ed. Londrina: Eduel, 2003.

PORTER, M. E. **What is strategy?** Harvard Business Review, p. 61-78, Nov/Dec. 1986.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura sociedade rural, sociedade urbana no Brasil.** São Paulo: Edusp 1978.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar:** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

STOFFEL, Jaime Antonio. **A viabilidade da agricultura familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, 2004.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Caxambu, XX AMPOCS, 1996.

ANEXOS

ANEXO – A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA P/ DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO
UNIOESTE

Mestrando: Johnny Oli Devens
Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese

PARTE I

1- Nome:

2- Data e local de nascimento:

3- Endereço:

4- Tamanho da propriedade rural.

5- Distância cidade/propriedade

6- Numero de pessoas na família:

7- Há quanto tempo reside na cidade?

[illegible]

PARTE II

- 8- Quando morava no sítio o Sr. tinha carro próprio para vir até a cidade?
- 9- E o transporte escolar como funcionava?
- 10- Tinha alguma comunidade religiosa (igreja centro comunitário) próximo?
- 11- Residindo no sítio existia a possibilidade dos filhos estudarem? - E na cidade isso é mais fácil? Por quê?
- 12- Que tipo de trabalho o Sr. gostaria que seus filhos exercessem no futuro?
- 13- Quais culturas são exploradas no seu sítio?
- 14- O senhor planta algum tipo de cultura de subsistência tais como mandioca, batata abóbora, frutas, e outros para a alimentação da família? No sítio ou no lote urbano?
- 15- A renda que o senhor conseguia quando morava no sítio, era suficiente para manter a família?
- 16- A sua principal fonte de renda ainda é o sítio? Ou não?
- 17- Por que decidiu se dedicar também a outras atividades e não somente à agricultura?
- 18- O senhor é aposentado?
- 19- Com a mudança de residência o que mudou?
- 20- Possui: máquinas agrícolas, animais, veículo, casa própria (no meio urbano)?
- 21- Na sua opinião, quais eram as vantagens de residir no meio rural? Quais eram as desvantagens de residir no meio rural?
- 22- O Sr acredita que seus filhos vão continuar o trabalho na lavoura? Por quê?

- 23- Na sua opinião, quais são as vantagens de se morar no povoado (cidade ou vila) e quais são as desvantagens?
- 24- Quando morava no sítio, você ou alguém na família já trabalhava na cidade ou em outros serviços fora de casa? Quais? Por que situações?
- 25- As atividades ou os trabalhos executados por membros de sua família fora da propriedade rural são formais ou informais (carteira assinada ou não)? Por quê?
- 26- Na sua opinião, a mudança do sítio para a cidade foi um fator positivo (fez bem) para o senhor e para os membros de sua família, ou não? Por quê?
- 27- Quanto a sua propriedade agrícola (sítio), o que você espera que aconteça nos próximos 10, 20, ou 30 anos?
- 28- Por que o Sr decidiu morar na cidade? O que mais pesou na sua decisão de morar na cidade?
- 29- Se houvesse uma possibilidade de investir bem o dinheiro, o Sr venderia o sítio? Por quê?
- 30- Se o Sr passasse a ter um rendimento muito bom em uma outra atividade, o Sr venderia a propriedade?
- 31- O senhor trabalha com recursos do Pronaf? Por quê?
- 32- O senhor é associado em alguma cooperativa?
- 33- Tem alguma coisa que o senhor gostaria de dizer e que eu não perguntei?
- Com relação à vizinhança, como era viver no sítio antes (no início, anos 70, 80) e nos últimos anos em que o Sr morou? Se houvesse uma possibilidade o Sr gostaria de voltar para o sítio?

ANEXO – B

MAPA DE SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND E DO DISTRITO
DE BRAGANTINA

(Fonte: Prefeitura municipal de Assis Chateaubriand Dep. Engenharia)

ANEXO – C

MAPA DA ÁREA RURAL DO DISTRITO DE BRAGANTINA
(Fonte: Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, Dep. Engenharia)

ANEXO – D

MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE BRAGANTINA
(Fonte: Prefeitura municipal de Assis Chateaubriand, Dep. Engenharia)

ANEXO – E

MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TUPÃSSI
(Fonte: Prefeitura Municipal de Tupãssi, Dep. Engenharia)